

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO

GABRIELA MARCONDES DOS SANTOS

***O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO: A
IMPrensa FEMININA CARIOCA NO FINAL DO
SÉCULO XIX***

BAURU

2021

GABRIELA MARCONDES DOS SANTOS

***O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMINO: A
IMPrensa FEMININA CARIOCA NO FINAL DO
SÉCULO XIX***

Monografia de Iniciação Científica PIBIC -
FAP/Unisagrado apresentada pela aluna Gabriela
Marcondes dos Santos à Coordenadoria Geral de
Pesquisa e Extensão do Centro Universitário
Sagrado Coração – UNISAGRADO - Bauru/SP.

Orientação: Prof.^a Dra. Lourdes Madalena
Gazarini Conde Feitosa.

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S237q	<p>Santos, Gabriela Marcondes dos</p> <p>O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: a imprensa feminina carioca no final do século XIX / Gabriela Marcondes dos Santos. -- 2021. 85f. : il.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dra. Lourdes Madalena Conde Gazarini Feitosa</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em História) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Imprensa Feminina. 2. Educação Feminina. 3. Mulheres na Proclamação da República. 4. Brasil oitocentista. I. Feitosa, Lourdes Madalena Conde Gazarini. II. Título.</p>
-------	---

Elaborado por Lidiane Silva Lima - CRB-8/9602

Dedico esta pesquisa em memória de meus avós, Iracema e Joaquim Lúcio, um historiador que nunca fez história, mas consiste em minha referência mais gritante.

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre mulheres não é fácil. Fazer ciência em tempos sombrios também não o é. Fazer uma pesquisa científica sobre mulheres, muito menos. Mas é gratificante ver a transformação de um singelo documento em história. E mais gratificante ainda quando feito por minhas próprias mãos. Portanto, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a mim. Pela confiança, pela persistência e pela constância. Mas principalmente, por acreditar em mim.

Assim, agradeço ao Centro Universitário do Sagrado Coração pela oferta do programa de Iniciação Científica, indispensável à formação de jovens historiadores como eu. Agradeço ainda a mesma instituição pela contemplação com a bolsa do Fundo de Amparo à Pesquisa (FAP/Unisagrado), que me manteve financeiramente confortável para realização desta.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Lourdes, por todo o apoio e conversas em meio a crises (acadêmicas e existenciais). Mas principalmente, por todo o crescimento profissional ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Lou, você me ensinou muito mais do que imagina, e espero continuar a aprender contigo. Agradeço também aos demais professores de minha graduação: Profa. Flávia, Prof. Roger e Prof. Pallotta, que embora não tenham tido contato direto com esta pesquisa, sempre me incentivaram a buscar o meu melhor. Vocês me fizeram historiadora.

Gostaria também de agradecer a alguns pilares fundamentais na minha vida, como meus pais, Andrea e Marcelo, por me ensinarem a seguir meus sonhos, minha tia Lúcia, por me ensinar a nunca desistir, meus avós, José Joaquim e Maria Helena, por serem minha base mais firme, e a minha gatinha Chico, por ter estado ao meu lado (às vezes em cima de mim) durante toda essa pesquisa. Agradeço o apoio e a força de amigos essenciais em minha vida: Ana Carolina, Gustavo, Samira, Beatriz, Ilana e Cintia, que me ouviram falar extensivamente desse trabalho. E por último, mas não menos importante, agradeço à minha psicóloga Maiara, por tanto que nem consigo descrever.

RESUMO

Tomado o periódico como fonte histórica, esta pesquisa dedicou-se a compreender as reivindicações por educação feminina e a visão das mulheres sobre um dos acontecimentos históricos mais importantes e controversos da história brasileira: a Proclamação da República, ocorrida em 1889, a partir do periódico *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, publicado justamente entre 1889-1890, e de seu antecessor *O Sexo Feminino* (1873-1889), dirigidos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e escrito por um grupo de mulheres. Por meio dele, analisou-se como elas entenderam a nascente república e o seu papel nela. Atenção foi dada para as pautas reivindicatórias presentes em suas páginas, como sua função educativa, suas principais ideias, seu conceito de emancipação, a participação social feminina, em particular no que concerne ao magistério, o peso do higienismo naquela sociedade e a maneira com que suas lutas extrapolaram as páginas do periódico. Também, a tese de que as mães eram melhores educadoras e sua rivalidade com os homens nesse quesito, além da participação política – ora mais discreta, ora mais explícita – e suas relações com as figuras imperiais. Discutiu-se a força que o periódico feminino representou naquela sociedade oitocentista e como este avançou fronteiras geográficas. Em particular no *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, examinou-se as questões relativas ao sufrágio e o advento da escola pública fundada pela proprietária do jornal. Enfim, estudou-se como a imprensa foi fundamental no processo de emancipação feminina, principalmente em relação às reivindicações por educação. A importância desta investigação justifica-se por possibilitar melhor compreensão da participação de mulheres na construção social e política no momento da passagem do Império para a República e os seus olhares e demandas. A metodologia consistiu na análise de periódico e de abordagens historiográficas. Resultante deste trabalho, afirma-se que os periódicos representaram um lugar de luta feminina na sociedade oitocentista, reivindicando educação e direitos para as mulheres, e após 1889, trataram de reforçar a participação das mulheres no novo regime político por meio do sufrágio, que infelizmente não veio a ser concretizado, mas representou uma coragem por parte da redatora digna de entrar para a história.

Palavras-chave: Imprensa e Educação Feminina; Mulheres na Proclamação da República; Brasil oitocentista.

ABSTRACT

Taking the periodical press as a historical source, this research was dedicated to understanding the claims for female education and the view of women on one of the most important and controversial historical events in Brazilian history: the Proclamation of the Republic, which took place in 1889, from the periodical *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, published precisely between 1889-1890, and of its predecessor *O Sexo Feminino* (1873-1889), directed by Francisca Senhorinha da Motta Diniz and written by a group of women. Through it, it was analyzed how they understood the nascent republic and their role in it. Attention was given to the claim guidelines present in its pages, such as its educational function, its main ideas, its concept of emancipation, female social participation, in particular about teaching, the weight of doctrine hygiene in that society, and the way with which their struggles extrapolated the pages of the periodical. Also, the thesis that mothers were better educators and their rivalry with men in this regard, in addition to political participation – sometimes more discreet, sometimes more explicit – and their relations with imperial figures. The strength that the women's journal represented in that nineteenth-century society and how it advanced geographical frontiers were discussed. In particular, in *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, issues related to suffrage and the advent of the public school founded by the owner of the newspaper were examined. Finally, it was studied how the press was fundamental in the process of female emancipation, mainly concerning the demands for education. The importance of this investigation is justified by enabling a better understanding of the participation of women in social and political construction at the time of the passage from the Empire to the Republic and its views and demands. The methodology consisted of journal analysis and historiographical approaches. As a result of this work, it is stated that the periodicals represented a place of women's struggle in nineteenth-century society, claiming education and rights for women, and after 1889, they tried to strengthen the participation of women in the new political regime through suffrage, which unfortunately did not come to fruition, but represented courage on the part of the writer worthy of making history.

Keywords: Press and Women's Education; Women in the Proclamation of the Republic; nineteenth-century Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA	10
1.1 Introdução da pesquisa	10
1.1.1 A imprensa feminina do século XIX.....	11
1.1.2 Demandas educacionais.....	12
2. MATERIAIS E MÉTODOS	14
3. DISCUSSÃO	17
3.1 FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ	17
3.1.1 Uma “feminista” do século XIX.....	20
3.1.2 A influência positivista.....	22
3.2 O SEXO FEMININO.....	23
3.2.1 Quem eram as “patrícias”?	27
3.2.2 O que escreviam?	30
3.2.3 Qual era a função educativa do jornal ao propor outras possibilidades de comportamento às mulheres?	33
3.2.3.1 Os folhetins	34
3.2.3.2 As mulheres na história	36
3.2.4 Qual era o tom de suas ideias?.....	36
3.2.5 Podiam ser consideradas emancipadas para a época?.....	37
3.2.6 Quais questões e discussões a respeito da participação social feminina?	40
3.2.6.1 A feminização do magistério	45
3.2.6.2 O peso do higienismo	47
3.2.6.3 De que maneira faziam acontecer suas lutas?.....	48
3.2.7 Mães são melhores educadoras	51
3.2.8 Como se posicionavam a respeito das relações homem-mulher?.....	54
3.2.8.1 Homens não educam.....	56
3.2.9 Como interpretavam a ideia de cidadania feminina e sua participação política?	57
3.2.9.1 A relação com as figuras imperiais	61

3.2.10 A força do periódico feminino	64
3.3 O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO	68
3.3.1 A luta continua	71
3.3.2 Em defesa do sufrágio feminino	72
3.3.3 De que maneira faziam acontecer suas lutas?.....	74
4. RESULTADOS	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
FONTES	81
REFERÊNCIAS.....	81

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Introdução à pesquisa

A História da Mulher é um tema que vem crescendo consideravelmente nas diferentes áreas. A participação feminina mais intensa no mercado de trabalho e no universo acadêmico, a busca por maior liberdade, igualdade de direitos e representação ocasionaram um avanço significativo dos estudos sobre elas. Colocou-se em debate os modos de participação das mulheres na História, na busca por compreender como foram construídas as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles. Com esse olhar, a atuação feminina e as visões sociais sobre elas passaram a ser investigadas em suas especificidades, nos diversos tempos e espaços históricos (FEITOSA, 2012, p. 203). Segundo Mary del Priore, na introdução de seu livro *História das Mulheres no Brasil*, a História das mulheres serve para fazê-las existir, viver e ser (2018, p. 9).

Escreve-se aqui uma História das Mulheres, que se difere da História dos Homens, pois essa é a História Geral. E, para isso, utiliza-se as questões de gênero, intrincadas em relações de poder, no qual os grupos dominados buscam fazer dos espaços de sua opressão, as instâncias de suas resistências. São, portanto, as condições históricas específicas que permitem compreender melhor as relações de poder implicadas nos processos de submetimento dos sujeitos (LOURO, 2014, p. 18-61).

A partir deste interesse, investigou-se as reivindicações pela educação feminina apresentadas no periódico *O Sexo Feminino*, publicado entre os anos de 1873 a 1889, nascido na cidade de Campanha, em Minas Gerais, e depois realocado para a capital do Império, o Rio de Janeiro. Também se pesquisou em *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* – a segunda versão do jornal, inaugurada após a Proclamação da República, divulgado de 1889 a 1890. Logo, buscou-se analisar como este grupo de mulheres entendeu a nascente república e seu papel nela, por meio deste periódico.

A seguir, foi realizada uma contextualização histórica no que concerne à imprensa feminina oitocentista, e introduzir as demandas educacionais que serão abordadas ao longo do texto. O mesmo foi organizado levando em consideração a ordem cronológica de publicação do jornal, sendo o primeiro tópico apto a discutir a vida, obra e principais ideais de Francisca

Senhorinha da Motta Diniz, a redatora do periódico, seguido de sua primeira publicação, *O Sexo Feminino*, e posteriormente, as ideias de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Os subtítulos dos tópicos de discussão foram nomeados com as perguntas norteadoras do projeto de pesquisa a fim de facilitar a compreensão dos argumentos apresentados. Em suma, desenvolveu-se as questões relativas às pautas reivindicatórias do jornal, como sua função educativa, suas principais ideias, seu conceito de emancipação, a participação social feminina, principalmente no que concerne ao magistério, o peso do higienismo naquela sociedade, a maneira com que suas lutas extrapolaram as páginas do periódico, a tese de que as mães são melhores educadoras e sua rivalidade para com os homens nesse quesito, além da participação política – ora mais discreta, ora mais explícita – e suas relações para com as figuras imperiais. Também se discutiu a força que o periódico feminino representou naquela sociedade oitocentista e como este extrapolou fronteiras geográficas. Quando se fala sobre a segunda versão do jornal, discute-se principalmente as questões relativas ao sufrágio e o advento da escola pública fundada pela redatora do jornal. Finda-se este relatório enunciando os resultados obtidos com esta pesquisa.

1.1.1 A imprensa feminina do século XIX

A imprensa chegou ao Brasil no ano de 1808, com a vinda da família real portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia. Essa, porém, não nasceu de um vazio cultural, e sim de uma densa trama de relações e formas de transmissões já existentes, e na qual ela se inseria. A imprensa progrediu e se estabilizou no país como veículo de debate político, cuja opinião pública era usada como um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral (MOREL, 2012). A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa, sendo esta, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira, vínculo para a reconstrução do passado (MARTINS, LUCA, 2012). A imprensa se consolida, então, como propagadora da opinião pública popular¹.

Definida a fonte do periódico, Leibão (2017, p. 315) afirma que: “[...] ter a imprensa como objeto de estudo também pode nos ajudar a entender como as pessoas constroem seu conhecimento, seus valores e visões de mundo”. Logo, as publicações desses jornais femininos evidenciam as perspectivas dessas mulheres no decorrer histórico em que elas viveram. E no

¹ Apesar da maioria da população no Brasil da época ser analfabeta, os jornais se disseminavam através de práticas de leitura em alta voz coletivas (MOREL, 2012).

que diz respeito a fontes periódicas femininas, Muzart (2003, p. 2), enfatiza que a literatura feminina brasileira só começa a ser minimamente respeitada a partir do primeiro quartel do século XIX. Ainda assim, essas escritoras permaneceram excluídas da historiografia literária, mesmo sendo presença contínua nos periódicos oitocentistas. Logo, apesar de terem reconhecimento apenas nas publicações do século XX, as mulheres já desempenhavam um papel importante na luta por emancipação em seus escritos desde o século XIX, conquistando a direção dos periódicos em que escreviam em um meio majoritariamente masculino.

No que diz respeito a uma imprensa feita por mulheres, Constância Lima Duarte, em seu livro “Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX”, afirma que a chegada delas na imprensa se deu:

Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independentemente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo das analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência. (DUARTE, 2017, p. 14)

A autora ainda afirma que a elaboração de periódicos femininos se deu em duas correntes, uma com ideais emancipatórios, outra de cunho mais conservador, refletindo a dicotomia vigente (2017, p. 25). Enquanto alguns periódicos femininos se preocupavam em defender o direito de escolarização e de frequentar o espaço público, outros às fragilidades e delicadezas femininas, pautando-se mais em escrever sobre modas e maternidade. Muitas vezes, essas opiniões contrastantes eram veiculadas no mesmo periódico, como é o caso de *O Sexo Feminino*, como se verá posteriormente.

Deste modo, o periódico foi porta voz de opiniões, demandas e reivindicações de mulheres sobre a realidade social na qual viviam. O Brasil foi o país latino-americano no qual houve maior empenho do jornalismo feminino (SOUZA, 2012). A imprensa foi um importante meio para as manifestações de mulheres e suas lutas, e é essa voz que se pretende escutar: os temas tratados por elas no jornal e seus olhares sobre sua posição na sociedade.

1.1.2 Demandas educacionais

No que concerne à educação feminina, a primeira legislação específica sobre ensino primário no Brasil foi a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 e por meio dela se determinou, pela primeira vez, aulas regulares para as meninas, mas pouquíssimas eram as escolas e professoras capacitadas para isso (DOTTA, TOMAZONI, 2015). O Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 regulamentou o então ensino primário e secundário e determinou que este deveria ser ministrado separando os sexos e com currículos específicos para cada um deles, e que o secundário era somente para o sexo masculino. Deste modo, percebe-se que o número de alfabetizadas era muito reduzido, e o ingresso feminino no ambiente escolar limitado a uma pequena elite.

Segundo Guacira Lopes Louro (1997, p. 444-481), a mulher deveria ser uma mãe virtuosa, uma educadora do lar, e mesmo quando o professorado feminil atingiu a maioria nas escolas, as mulheres ainda eram cobradas para o seu desempenho materno. Se, por um lado, as mulheres eram consideradas mais adequadas para a profissão de educadoras por um suposto afeto maternal, elas eram, em maioria, mulheres solteiras. E isso se devia ao fato de que a maternidade deveria vir antes da profissão, logo, as mulheres casadas deveriam se dedicar aos seus filhos, e as professoras (solteiras) não deveriam se casar para não atrapalhar seu desenvolvimento acadêmico. Essas questões ficam em evidência na análise de *O Sexo Feminino*, pois o mesmo se considera um periódico em prol da educação e instrução da mulher.

A fim de refletir sobre este cenário, nesta pesquisa procurou-se analisar como a imprensa foi fundamental no processo de emancipação da mulher, principalmente no que concerne às reivindicações por educação. Investigou-se como tais colunas contidas nos jornais possibilitavam compreender os pensamentos das mulheres que participavam como autoras e como, ao se manifestarem e se posicionarem nos jornais, rompiam com a esperada “normalidade” social esperada, e elaboravam, ora de modo explícito, ora mais discreto, reivindicações sobre a negligência para com a educação feminina em fins do século XIX. Examinou-se, também, o ponto de vista deste grupo feminino sobre a transição do Brasil Império para o Brasil República, e como essa mudança histórica afetou as lutas até então desenvolvidas nos jornais estudados.

Sabe-se que a história da mulher, bem como de outros grupos de minorias como os negros, indígenas, trabalhadores, dentre outros, por muito tempo ficou excluída das pesquisas históricas. Esta atenção em escrever a história de pessoas comuns, de seu cotidiano e de suas percepções e valores, foi fortemente influenciada pela valorização dos registros e manifestações de grupos periféricos àqueles eruditos e europeus. Esse anseio pelas “histórias de gente sem

história” (MATOS, 2009, p. 279) não tem sido uma tarefa simples, uma vez que para torná-las possível faz-se necessário a revisão dos paradigmas da História tradicional e a busca por novas fontes, novas abordagens e novos métodos para organizar e desenvolver as pesquisas históricas, o que significa vencer obstáculos e tradições acadêmicas. O primeiro desafio foi suplantando as grandes narrativas universalizantes, centradas nas elites masculinas brancas e nos heróis, no Estado e no espaço público. Dentre essas abordagens e debates estão os estudos feministas, que enfatizam as desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades contemporâneas e a exclusão feminina da análise histórica (FEITOSA, 2012, p. 205). Esta pesquisa surge então, como um meio de analisar esse período sobre o ponto de vista de mulheres, por meio do estudo de suas publicações em periódicos. Já se conhece a história da imprensa e dos meios de comunicação, da transição do Brasil Império à República, mas as vozes das mulheres ainda precisam ser mais investigadas. É uma parte dessa história feminina que se busca neste estudo.

Como afirma Rosa (2011, p. 84):

[...] revisitar o discurso feminino do século XIX pode contribuir para que recuperemos não só este ato discursivo monológico no periódico, mas também os participantes da cena enunciativa, homens e mulheres que dialogam e trazem à tona, por meio do discurso, a realidade sócio-histórica do século em que viveram.

Logo, o intento desta pesquisa foi o de compreender as ideias de emancipação feminina de mulheres oitocentistas sobre o processo de implementação republicana no Brasil e de suas atribuições no campo social através da percepção de Francisca Senhorinha da Motta Diniz e de suas colaboradoras, expressas no periódico *O Sexo Feminino* – e posteriormente, no *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa se valeu da análise dois periódicos oitocentistas: *O Sexo Feminino*, publicado entre os anos de 1873-1874² na cidade de Campanha da Princesa, em Minas Gerais, e posteriormente transferido para a capital do Império, o Rio de Janeiro, onde contou com um ano de publicações, de 1875-1876³. Com um hiato de 13 anos, o periódico volta a ser

² Contabilizando 44 edições disponíveis na Hemeroteca Digital.

³ Contabilizando 22 edições disponíveis na Hemeroteca Digital.

publicado em 1889⁴, inaugurando sua segunda versão, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, sendo este publicado até 1890. As fontes foram analisadas a partir de digitalizações disponíveis online na Hemeroteca Digital Nacional Brasil.

Segundo Tania Regina de Luca (2021)⁵, as publicações periódicas apresentam fragmentos do mundo, ou seja, uma visão limitada do mesmo. E as resoluções que procuramos não estão nas fontes, elas são apenas um meio de chegar às respostas. Em outras palavras: a fonte não fornece nada, é o historiador quem tece as suas perguntas e conclusões a partir dela. A historiadora compreende, ainda, que os jornalistas, editorialistas e cronistas, não fazem os jornais, eles escrevem textos – e esses textos são transformados em jornal. Assim, ela destaca o conceito de materialidade presente na análise periódica, imprescindível para compreender os vieses presentes na pesquisa histórica. Tal materialidade explica-se pelos aspectos físicos do jornal, indo desde o papel e tinta utilizados para imprimi-lo, até seu alcance. Uma parte dessa materialidade é ilusória nesta pesquisa, levando-se em consideração que o periódico analisado se encontra em meio digital. Mas alguns outros detalhes são respondidos pelo mesmo, como seu número de tiragens, sua diagramação, seu preço, a presença (ou ausência) de folhetins e anúncios, a(s) tipografia(s), como será apresentado mais adiante. Entender essa materialidade possibilita ao historiador compreender seu objeto de estudo em seu tempo histórico, pois são informações que, apesar de parecerem desimportantes, viabilizam a contextualização da fonte.

Assim, a escolha da fonte para a presente pesquisa se deu perante a pandemia de Covid-19 que assolou e paralisou o mundo no ano de 2020. Diante desta paralisação, os principais acervos de periódicos se encontravam fechados, o que dificultou o acesso a essas fontes. Diante disso, foi necessária a consulta de repositórios *online* de fontes históricas. Nesse universo, há uma abundância de plataformas de instituições patrimoniais que hospedam e disponibilizam acervos completos das mais variadas fontes primárias, entre elas, os periódicos. Escolheu-se então a plataforma Hemeroteca Digital Brasileira, fruto da Biblioteca Nacional Digital Brasil, por abrigar em seu acervo o periódico de análise, possibilitando que esta pesquisa se desenvolvesse de maneira remota.

A importância dos periódicos digitais não reside apenas no seu fácil acesso em momentos de crise, mas no seu caráter de democratização da pesquisa científica. Utilizados de maneira virtual e com acesso gratuito, os repositórios de periódicos digitais contribuem para o

⁴ Contabilizando 18 edições disponíveis na Hemeroteca Digital, sendo 10 sob o título de *O Sexo Feminino*, e 8 sob o título de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

⁵ YOUTUBE. **Os jornais como fontes de pesquisa histórica**. TV UFS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i-X0cvfpvuE>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

desenvolvimento da pesquisa científica por aqueles que não têm a oportunidade ou o investimento necessário de rodar o Brasil (ou até mesmo fora dele) à procura de seu objeto de estudo.

Mas algumas considerações são necessárias em relação às fontes digitais. Embora haja estudos metodológicos que auxiliem as pesquisas nesse material, a maioria dos trabalhos ainda detém o enfoque nas fontes periódicas físicas. Também deve-se destacar algumas dificuldades em trabalhar com esse material, dificuldades estas que não existiriam se a análise fosse feita no periódico físico. Primeiro, alguns escaneamentos contêm erros, como por exemplo, nos periódicos com fitas, o scanner deixa faixas pretas nesses locais que comprometem a leitura. O mesmo acontece com as impressões que marcam o verso, há escaneamentos com erros como ausência e repetições de páginas, o que faz perder-se conteúdos que poderiam ser valiosos. Escaneamentos borrados e com falta de páginas⁶ são comuns. Também vale ressaltar a instabilidade da internet, o site pode cair e o pesquisador ficar algum tempo sem acessar às suas fontes (BRASIL, NASCIMENTO, 2020).

Para fins desta pesquisa, os números disponíveis dos periódicos foram analisados como um todo, mas houve enfoque em algumas colunas específicas. Por exemplo, a coluna de editorial, que abre o jornal, é onde se encontram as reivindicações mais incisivas. Essa coluna principal foi denominada “A racional emancipação da mulher”. Em *O Quinze de Novembro*, logo após desta segue a coluna “O casamento”, que também fez significativas contribuições para esta pesquisa. O editorial é um gênero discursivo marcado pela ausência de assinatura, e como se discutirá posteriormente, estes jornais são perpassados por inúmeros artigos contrastantes sem autoria reconhecida. Assim, assume-se que esses editoriais correspondem à opinião da redatora do jornal, Francisca Diniz, que ocupa um lugar de destaque nas ideias veiculadas, logo, mesmo que Senhorinha não assine seus editoriais, ela os assume discursivamente como seus (ROSA, 2011, p. 42).

Duas colunas que também tiveram grande contribuição foram a de noticiário e de anúncios. Nos noticiários, foi possível relacionar como este era recebido pela imprensa⁷, e pelos anúncios, entende-se a luta da redatora por educação aliada à prática, ao divulgar, ali, contatos

⁶ A falta de algumas páginas em alguns arquivos de escaneamento pode ser ocasionada por diversos motivos: desde o esquecimento do escaneador até a falta dessas páginas no arquivo.

⁷ Onde, posteriormente, haverá uma coluna específica denominada “A imprensa”, onde Francisca Diniz transcreverá o que outros jornais falam sobre o dela.

de escolas e professores. Com abordagem também recreativa⁸, neles estão presentes transcrições de artigos de histórias, poesias e outros assuntos menos relevantes para esta pesquisa.

Pode-se inferir que os periódicos analisados são ricos em conteúdo, e ao complementar as análises com leituras de dissertações e teses que tratam do mesmo jornal, é possível perceber a gama de interpretações que dele se pode tirar. Para fins desta pesquisa, colocou-se em foco na análise a perspectiva das reivindicações por educação feminina do jornal, e suas pautas políticas, principalmente as que condiziam com o processo de implementação do sistema republicano no Brasil.

A seguir, tratar-se-á sobre algumas questões referentes a redatora do periódico, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, principalmente o que ela dizia de si mesma ao escrever o jornal. Também foi analisada a historiografia em torno da redatora, tal qual sua classificação como “feminista” por algumas autoras, e a influência do pensamento positivista presente em seus escritos. Depois, trata-se das reivindicações presentes em *O Sexo Feminino*, e posteriormente, em *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Em suas respectivas seções, serão tratados os aspectos de análise do jornal com maior detalhe.

3. DISCUSSÃO

3.1 FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ

Pode-se considerar o periódico como fruto daquele(s) que o escrevem. A vida de Francisca Diniz, redatora de *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, está intimamente ligada ao seu jornal. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, natural de São João Del Rei, foi uma professora e jornalista de renome em seu tempo, por sua atuação militante na imprensa em favor da educação das mulheres, e pelos seus discursos carregados de reivindicações publicados em seus jornais. É de comum acordo entre as historiadoras⁹ que Senhorinha se deixou falar pelos seus escritos, e muito de sua trajetória encontra-se nas entrelinhas de seus textos. Como afirma Rosa (2011, p. 25):

⁸ A partir de seu terceiro ano (1889), o cabeçalho do jornal passa a ser: “Semanário litterario, recreativo e noticioso”, sendo acrescido a este a palavra “político” a partir da mudança de nome para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

⁹ Historiadoras que realizaram suas pesquisas com os periódicos de Francisca Diniz.

O exercício jornalístico de Senhorinha é oportuno para que ela dê mais um passo na construção de sua própria identidade. O jornal oferece espaço para que a redatora identifique-se, exponha sua opinião, coloque seu posicionamento acerca da sociedade e revele a imagem que possui da sociedade brasileira do século XIX, especialmente das mulheres, construindo, assim, também os *ethé* das mulheres de sua época, além do *ethos* de si mesma.

Francisca Diniz era casada com José Joaquim da Silva, redator do periódico *O Monarchista* – e dono da tipografia onde foram impressos os números de *O Sexo Feminino* enquanto esse esteve em Campanha (MG) – e professor de pedagogia da Escola Normal de Campanha. Senhorinha exerce a cadeira de professora prática da mesma escola. Juntos, tiveram três filhas: Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado (ANDRADE, 2006, p. 22).

Pode-se considerar que Senhorinha teve uma produção literária considerável para uma mulher à sua época, tendo publicado quatro jornais e um livro, este último em coautoria de sua filha. O primeiro deles, o jornal *O Sexo Feminino*, foi inaugurado em 1873 com publicações semanais no período de um ano na cidade de Campanha da Princesa, em Minas Gerais. Findado esse primeiro ano do jornal, passa a ser impresso na corte, o que marca a mudança de Francisca Diniz para a capital do Império, o Rio de Janeiro¹⁰. Lá, ela será responsável sozinha pela manutenção do jornal, até então impresso na tipografia do marido. O segundo ano de *O Sexo Feminino* foi de 1875-1876, findado mediante a contração de febre amarela por Senhorinha e suas filhas. As publicações só voltariam em 1889, marcando o terceiro e último ano do jornal. A partir deste retorno, mais especificamente do número 12, o periódico passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, numa clara alusão ao novo sistema de governo do Brasil: a República.

Nesse ínterim, sua segunda publicação foi um periódico chamado *Primavera*¹¹, que circulou no ano de 1880, intitulada como uma revista semanal, instrutiva e noticiosa. Essa publicação exprimia um discurso mais moderado, desprovido de qualidades políticas-doutrinárias. Depois de anos de reivindicações em *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz cede a um tom mais comum a uma nascente imprensa feminina. A *Primavera*, foi, então, uma revista elaborada por notícias sobre os acontecimentos da capital e artigos de cunho cultural e

¹⁰ Todas as autoras reforçam que não há indícios de que José Joaquim tenha acompanhado a mudança da esposa, com documentação indicando que ele continuou a ser professor em Campanha e a publicar seu periódico na cidade nos anos em que Francisca Diniz estava na Corte (NASCIMENTO, 2004, p. 29).

¹¹ Para fins desta pesquisa, o periódico *Primavera* (1880) não foi analisado, portanto, as informações expressas nesse parágrafo sobre a revista são de Fernanda Alina de Almeida Andrade, em sua dissertação “Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873-1890)”.

instrutivo. E, a partir dessa proposta, a revista se dedicou em grande parte à causa abolicionista. Como afirma Andrade (2006, p. 60):

A publicação da revista *Primavera*, fez com que Francisca Diniz ultrapassasse a condição de ser uma escritora exclusivamente militante, - que utilizava de seus escritos como um instrumento de divulgação de suas idéias de emancipação da mulher brasileira -, para se afirmar como escritora e editora. Através de sua própria trajetória pessoal, a autora se afirmou como um modelo de emancipação feminina, uma mulher que conseguiu se profissionalizar em uma seara tipicamente masculina e alcançou, com seu trabalho, reconhecimento e sustento financeiro.

Tem-se também a informação de outro periódico redigido por Francisca Diniz, *A Voz da Verdade*, datado de 1885, mas dele não se tem arquivos de nenhuma edição, se tratando infelizmente, de uma publicação perdida. E por fim, Francisca Diniz publica, em 1886, um livro intitulado *A Judia Rachel*, em coautoria com sua filha Albertina Diniz, no qual narra a história de uma mulher judia, escrava, esposa e mãe. A afirmação de sua posição como escritora, impunha, necessariamente, a autoria de um romance (ANDRADE, 2006, p. 61). A partir da formação de um público leitor feminino brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, viu-se a publicação de um romance também como uma estratégia de divulgação. Francisca Diniz reitera¹², muitas vezes, a importância da instrução moral nas mulheres e a prática da leitura. Seu romance, portanto, se integra como um veículo de instrução e moralidade, publicando um tratado ideológico, onde apresenta um estilo no qual o tom didático ressaltava uma moral (ANDRADE, 2006, p. 64).

Além de jornalista, Francisca Diniz foi uma exímia educadora, tendo fundado em seu primeiro ano na Corte, uma escola chamada Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha, que atendia meninos e meninas em educação primária, e funcionava em sua própria casa. Em 1889, acabou por abrir e dirigir, com auxílio de suas filhas, o Colégio Santa Isabel, que atendia meninos até o ensino primário e meninas até o secundário, tendo trabalhado ali até meados de 1893 (NASCIMENTO, 2004, p. 24). Mesmo com percalços financeiros, Francisca Diniz ainda abriu outra instituição de ensino anexa ao Colégio Santa Isabel: a Escola Doméstica, tendo papel de destaque na educação de meninas pobres, como será melhor trabalhado adiante.

Muito se fala sobre Francisca Senhorinha ter afinidade com o conhecimento científico e ser uma mulher culta, inteligente e estudiosa. Ao longo da análise do jornal, é possível perceber a bagagem literária da redatora, como afirma Souto (2013, p. 49):

¹² No periódico *O Sexo Feminino*.

[...] foi uma mulher muito culta, apresentando, em seus escritos, leituras de autores diversos como Aristóteles, Voltaire, Rousseau, Michelet, Stuart Mill e Lamartine. Além disso, tinha a preocupação de manter-se atualizada, para produzir um periódico de qualidade para suas conterrâneas.

Essa ideia é defendida ainda por Rosa (2011, p. 97), quando afirma que

Evidências do conhecimento da jornalista estão no fato de ela citar e compreender a língua francesa. Além disso, ela percorre momentos importantes da história por meio da citação de atitudes de mulheres de destaque na sociedade, como a princesa Izabel e as escritoras George Sand, Stael, Izabel de Hespanha. Essas marcas do discurso contribuem para relevar não só a capacidade intelectual de Senhorinha, como também a argumentativa, uma vez que ela recuperar fatos, datas e pensadores para articular suas ideias de emancipação.

Além disso, estava atenta aos acontecimentos políticos ao seu redor (embora não noticiasse muitos deles em seu jornal), aos debates internacionais e às publicações de outros periódicos. Era, ainda, participante de associações para mulheres, como afirma Nascimento: “[...] o *Club Literário Bragantino*, do qual Francisca Senhorinha era sócia benemérita, no sentido de sinalizar para um movimento de ilustração feminina” (2004, p. 94).

Assim, Francisca Senhorinha da Motta Diniz firmava seu papel como educadora, jornalista, e militante dos direitos das mulheres, consolidando seus escritos como símbolos da própria emancipação da mulher no Brasil, pois o simples fato de tê-los escritos e, o mais difícil, tê-los levado a público, por si só já representa a luta dessas mulheres (ANDRADE, 2006, p. 8).

3.1.1 Uma “feminista” do século XIX

É consenso entre todas as autoras utilizadas para contextualizar essa pesquisa: Francisca Diniz foi uma feminista. Entendendo o feminismo como uma luta por emancipação dos direitos das mulheres, e sem intenção de cair em anacronismos históricos ao nomear uma personagem do século XIX com um termo cunhado apenas no século XX, esclarecem-se as justificativas.

Segundo Gerlice Teixeira Rosa, em sua dissertação “*Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino*”, Senhorinha é vista por alguns como uma pré-feminista, por apresentar em seu discurso esses elementos de liberdade, mas, ao mesmo tempo, ainda ligada às questões tradicionais da época, como o papel da mulher no lar como esposa, mãe e educadora (2011, p. 23).

Já Bárbara Figueiredo Souto, em sua dissertação “Senhoras de seu destino: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894)” explicita a diferença entre a imprensa feminina e a feminista¹³, sendo a primeira aquela dirigida e pensada para as mulheres, e a segunda, embora se dirija ao mesmo público, defende suas causas (2013, p. 11-12). Segundo a autora:

É importante esclarecer que empregamos o termo “feminismo” para nos dirigirmos aos empreendimentos das jornalistas em análise, pois acreditamos no potencial emancipador de suas ações, mesmo sabendo que ainda não existiam movimentos feministas institucionalizados em nosso país. A nosso ver, o empenho em defender as causas das mulheres é mais relevante do que tentar encaixar tais ações em um conceito (2011, p. 12)

Posteriormente, a autora disserta sobre as divergências entre autoras feministas no tocante aos momentos-onda do mesmo no Brasil. Para uma dessas autoras, Constância Lima Duarte¹⁴, a primeira onda ocorreu nos anos de 1830, denominada feminismo literário, promovida por autoras como Nísia Floresta e Beatriz Brandão em defesa da educação feminina, seguida de uma segunda onda em idos de 1870, com o advento de uma imprensa feminina (2011, p. 12). Logo, Francisca Diniz se encaixaria neste segundo momento.

Outra autora que defendeu essa ideia foi Cecília Vieira do Nascimento, em sua dissertação “*O Sexo Feminino* em campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)”, no qual discorre que:

Francisca Senhorinha é referência comum em estudos femininos e feministas, como na cartilha da campanha Mulheres Sem Medo do Poder, em que consta como uma das primeiras brasileiras a defender os direitos à instrução e ao voto feminino. É também citada por Gondin da Fonseca (1941) como uma das primeiras feministas do Brasil, tendo uma trajetória significativa na história da imprensa feminina e na da educação brasileiras. (2004, p. 23)

Utilizando-se de discursos de outros autores, a historiadora ressalta o caráter feminista que é atribuído à Francisca Diniz, caracterizando-a no conceito por lutar às suas causas via jornal, e marcar a história da educação brasileira com suas reivindicações e ações em prol da instrução feminina.

Com uma abordagem mais direta, Fernanda Alina de Almeida Andrade, em sua dissertação “Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873-1890)” defende que

¹³ Utiliza a fala de Dulcília Buitoni.

¹⁴ Segundo interpretação da autora da dissertação. O texto de Duarte a que ela se refere não foi utilizado nessa pesquisa.

No século XIX, não ocorreu um movimento feminista propriamente dito, como o que ocorreu a partir do século XX, e sim, vozes esparsas que se manifestaram, principalmente, por meio da imprensa. [...] Ao afirmar que o sexo é político, o feminismo rompeu com os modelos políticos tradicionais, que atribuem neutralidade ao espaço individual e que definem política unicamente a esfera pública e objetiva. [...] o feminismo consiste em toda ação empreendida em defesa do sexo feminino (2006, p. 11).

A autora defende, ainda, que as propostas de emancipação feminina de Francisca Diniz eram mais radicais do que as de suas colegas feministas oriundas da elite que não necessitavam de trabalhar para sobreviver (2006, p. 29). Essa questão financeira é também amplamente discutida pelas autoras citadas acima, que retrataram as dificuldades de manutenção dos periódicos que levavam o nome de Francisca Diniz, além de seus trabalhos nas escolas em que exerceu seu ofício de professora e diretora, a fim de garantir uma renda confortável ao seu sustento.

Logo, é possível inferir que Francisca Diniz é categorizada nos estudos históricos atuais como uma feminista, pré-feminista ou militante radical pelos direitos das mulheres. Independentemente de seu rótulo, é possível afirmar que ela se utilizou da imprensa e de sua coragem para fazer reivindicações bastante incisivas no que concerne à educação das mulheres, e posteriormente, ao sufrágio feminino.

3.1.2 A influência positivista

O positivismo foi uma corrente teórica postulada por Comte, tendo chegado ao Brasil em meados do século XIX e influenciado diretamente a proposta republicana. De acordo com José Murilo de Carvalho (1990, p. 127-140), o positivismo se caracteriza como uma doutrina que fundia o cívico em religioso, baseada no sentimento de altruísmo. Hierarquizava também a sociedade, tendo a família como base, seguida da pátria, e como culminação do progresso: a humanidade. Ponto interessante dessa proposta de pensamento é a afirmação de superioridade da mulher em relação ao homem, justificada pela ideia de que a mulher representava o lado afetivo e altruístico da humanidade, enquanto o homem seria o lado ativo e egoísta. Mas, tal superioridade não chegava tão longe, como nos assuntos políticos, por exemplo:

Apesar da grande ênfase no papel feminino, apesar da declaração da superioridade da mulher sobre o homem, Comte acabava por lhe atribuir o papel tradicional de mãe e esposa, de guardiã do lar, pois era assim que a

mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade. A política era tarefa menor que cabia aos homens. (CARVALHO, 1990, p. 98)

No caso de Francisca Diniz, em nenhum momento ela se autointitulou positivista, mas alguns pensamentos que ela publicava aproximava-a dessa corrente de pensamento (SOUTO, 2013, p. 32). Nas palavras de Andrade (2006, p. 83):

A identificação de Francisca Diniz com a filosofia positivista pode, também, ser atribuída à influência que esse movimento exerceu nos setores médios da sociedade brasileira. [...] as mulheres configuraram-se como um grupo acessível para a absorção e difusão do positivismo no Brasil. Porém, com exceção das mulheres já engajadas na luta pela emancipação feminina, o restante sofria com uma pesada tradição católica e patriarcal.

É possível perceber traços da doutrina positivista nas falas de Francisca Senhorinha, principalmente na sua dicotomia em reivindicar uma emancipação por meio da educação, e outras vezes reivindicar uma educação para propósitos domésticos.

3.2 O SEXO FEMININO

O Sexo Feminino nasceu no dia 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, Minas Gerais, onde viveu seu primeiro ano. O intento de inaugurar o jornal nessa data específica foi explicado pelo próprio jornal, pois se tratava de uma alusão à emancipação da mulher, sendo um presságio para a independência da mesma na sociedade. Segundo o jornal: “Pois bem, este dia marcará também em nossa história pátria uma época não menos memorável—a independência da mulher, cujo echo se faz ouvir na imprensa por um órgão—O Sexo Feminino” (SF, 1873, ed. 1, p. 2)¹⁵. O jornal tinha como subtítulo “Semanário dedicado aos interesses da mulher”, e contava com um pensamento de Aimé Martin no cabeçalho: “É por intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”. O periódico dividia-se entre seções de literatura, noticiário, avisos, anúncios, colaborações, editoriais, teatro, folhetins, variedades, poesia, moral social, religião, transcrição, moral religiosa e cartas de leitores. Contava com diagramação em 2 colunas e 4 páginas por edição, tendo periodicidade semanal, e sendo impresso na tipografia de *O Monarquista*, que leva o nome do periódico dirigido pelo marido de Francisca Diniz. *O Sexo Feminino* tinha assinaturas mensais e semestrais, sendo a primeira

¹⁵ Utiliza-se SF como abreviação para referenciar o periódico *O Sexo Feminino*. Posteriormente, utiliza-se QNSF para referir-se ao jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

no valor de 5\$000 e a segunda no valor de 2\$500. Segue a imagem do cabeçalho desse primeiro ano do jornal:

Figura 1



Fonte: Hemeroteca Digital Nacional Brasil

O primeiro ano do *Sexo Feminino*, como já citado, se deu na cidade de Campanha, contando ao todo com 45 edições. Porém, como afirma Buitoni: “Para melhor avaliar o surgimento desse periódico basta lembrar que viviam na cidade de Campanha 20.071 mulheres, das quais 1.158 sabiam ler e escrever.” (apud. DUARTE, 2017, p. 52). Logo, a mudança para a capital do Império auxiliaria a ampliação e divulgação do jornal e suas ideias, saindo da marca de 800 exemplares impressos em Campanha, para 4.000 nos primeiros 10 números no Rio de Janeiro (DUARTE. 2017, p. 190). A mudança se deu ainda pelo convite recebido por Francisca Diniz para ser professora e auxiliar na fundação do Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, no qual também contou com a ajuda de suas filhas.

Na capital, o jornal se desenvolveu com mudanças. O segundo ano do periódico sofreu algumas modificações estéticas na impressão e na variedade de seus conteúdos. Acrescentou-se uma nova frase – ainda de Aimé Martin – no cabeçalho: “So queria que os homens sejam sábios e justos, ensinai a mulher o que é sabedoria e virtude”. Tendo a primeira publicação no dia 22 de julho de 1875 e a última em 2 de abril de 1876, contabilizou 22 edições. Entre as principais colunas, destacam-se: “A racional emancipação da mulher”, coluna inicial, com textos reivindicantes no que concerne ao progresso da mulher por meio da educação, e seções

Dentre os folhetins publicados no segundo ano do jornal, temos: Mathilde e Eduardo, escrito por D***, e Vaidade e Candura, de autoria desconhecida¹⁷, ambos com o subtítulo de “romance moral”. O folhetim ocupava sempre o final da primeira página do jornal, dividido com a coluna inicial que representava as manifestações mais importantes. É provável que o folhetim fosse colocado na primeira folha como uma maneira de chamar a atenção daquelas mulheres não tão interessadas nas reivindicações femininas, como uma “armadilha” para vender o jornal às interessadas pelas histórias e acabar conquistando mais assinantes. No terceiro ano do jornal, de 1889-1890, o único folhetim publicado foi A Diva Isabella, de autoria de Eliza Diniz Machado Coelho, filha de Francisca Diniz. Sua história será publicada no jornal no final das páginas 1 e 2 de cada edição, até depois que o jornal se torna *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

Já a coluna de anúncios, apesar de inédita no jornal, explica-se por si mesma: era uma maneira de arrecadar fundos para auxiliar nas despesas da folha. Entre os anunciados encontra-se uma “Gelée Salva-Vidas” e algumas lojas de roupas, como “La Saison” e “A Elegancia Brasileira”. Também são anunciados alguns periódicos (em geral revistas de modas e variedades para mulheres), mas no geral os anúncios giram em torno de escolas. A escola em que Francisca Diniz leciona, o “Collegio Maternal de N. S. da Penha”, aparece em todas as edições do segundo ano do jornal. Já no terceiro ano, os anúncios se especificam, sendo somente de outros colégios e professores particulares. Esse tipo de ajuste denota a importância que a redatora dava à educação, e como conciliava suas reivindicações dentro de todo o jornal.

Na 22ª edição do segundo ano do periódico, a folha se inicia com um aviso que a redatora da folha e sua família se encontravam doentes, com febre amarela, e que por isso o jornal mudaria sua periodicidade para mensal. Essa previsão não se concretiza e o periódico retoma as atividades somente 13 anos depois.

O terceiro ano de *O Sexo Feminino* se define pelo subtítulo de “Semanao litterario, recreativo e noticioso”, e inicia sua publicação em 2 de junho de 1889. O cabeçalho se intensifica com subtítulos, e conta apenas uma frase de Aimé Martin, como pode ser observado a seguir:

Figura 3:

¹⁷ A autora não foi reconhecida pelo jornal, provavelmente quis se manter anônima.



Fonte: Hemeroteca Digital Nacional Brasil

Como é possível perceber, a tipografia do jornal muda, sendo agora localizada na Rua do Lavradio, nº 101. Apesar das mudanças, seu valor continua o mesmo do ano anterior. Atenção especial deve ser dada para o fato de que nesse terceiro ano, as filhas de Francisca Diniz são mencionadas como colaboradoras no cabeçalho da folha. Contando novamente com a seção inicial denominada “A racional emancipação da mulher”, o jornal transita entre suas demandas e colunas de entretenimento e variedades. Os anúncios são mais sucintos nesse ano, mas em maior número, e todos, sem exceção, são voltados para a educação. A edição 10, datada de 8 de outubro de 1889, conta como a última edição de *O Sexo Feminino*, antes do mesmo alterar seu título.

A seguir, analisar-se-á as principais reivindicações presentes no jornal. Antes, é discutido o público-alvo do jornal, mais especificamente, as “patrícias”, designação da redatora para com suas assinantes. Depois, uma seção específica para as reivindicações mais incisivas contidas no jornal. Segue-se denunciando o próprio jornal como um meio de instrução, com ênfase nos folhetins e no fato da redatora estar constantemente trazendo como exemplos mulheres na história. Ao debater o tom das ideias presentes no jornal, serão tratadas as controvérsias presentes no mesmo. Depois, uma discussão sobre o conceito de emancipação enunciado pela redatora, que ora difere da atual concepção do termo, ora condiz como produto de seu próprio tempo. Discute-se também as questões a respeito da participação social feminina, com ênfase na feminização do magistério, no peso das ideias higienistas nessa sociedade e na forma como o jornal levou suas reivindicações à prática. Em seguida, articula-se as teses do jornal em favor de uma educação feminina, ministrada pelas mães, defendidas pela folha como as únicas capazes de ensinar a mocidade, por terem o instinto professoral intrínseco a elas.

Aborda-se também o posicionamento do jornal em suas relações com os homens, e como o mesmo defendia a inabilidade do homem em educar. Traz-se também as pautas políticas discutidas pelo jornal – enquanto o mesmo se afirmava não ser de cunho político – e suas relações com as figuras imperiais do Brasil oitocentista. Por fim, discute-se a dimensão que o periódico tomou em seus anos de circulação.

3.2.1 *Quem eram “as patricias”?*

A designação deste título para esta seção se dá pelo tom em que o jornal se referia às suas leitoras, chamando-as como “patricias”. Suas reivindicações, em maioria, precedem desta forma, dedicada às “patricias”. Sendo esta designação comumente associada ao passado romano, entende-se que as patricias citadas eram mulheres de classe econômica abastada, dotadas assim, de poderio econômico e intelectual para realizar mudanças no curso de suas histórias. Nesse sentido, a atividade jornalística feminina se veiculava a um setor privado, fazendo com o que o que deveria ser a voz do povo, tornar-se a voz dos dominantes (SOUTO, 2013, p. 19).

Para melhor compreender o público-alvo do jornal, faz-se de essencial importância a análise da seção de Cartas das Leitoras. Segundo Hahner (2010, p. 315) “De acordo com o censo de 1872, apenas 19,8% dos homens e 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever”. Mediante esse dado, e o fato de que o jornal recebia uma considerável quantidade de cartas de leitoras, pode-se concluir que seu público era majoritariamente – se não inteiramente – de mulheres de classe alta abastada. Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois o senso comum patriarcal se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças que daí podiam advir (DUARTE, 2017, p. 24).

É possível inferir então, que Francisca Diniz escrevia para mulheres capazes de acompanhar suas propostas inovadoras, ou seja, um público já intelectualizado e instruído. O que pode ser considerado em parte contraditório, escrever prioritariamente para mulheres alfabetizadas quando elas eram poucas na sociedade brasileira. Por outro lado, isso explica as razões de o periódico ser lido coletivamente e também destinado aos homens (ROSA, 2011, p. 32).

Logo, é fato que Francisca Diniz se dirigia à pequena parcela de mulheres alfabetizadas de sua regionalidade, mas, como a leitura da imprensa periódica foi marcada por uma oralização coletiva (MOREL, 2012, p. 29), não é possível excluir por completo a possibilidade de que

outros públicos se pusessem a ouvir o que a redatora defendia em seu jornal. Rosa também defende que Senhorinha não se dirige somente ao público feminino, mas também ao masculino: muitas vezes seus textos se dirigem especificamente ao sexo oposto¹⁸, dando uma urgência ao tom de suas reivindicações. Como afirma a mesma autora:

[...] não podemos nos esquecer de que as decisões, especialmente as políticas, naquele período, eram tomadas pelos homens, que tinham representatividade e poder para implementá-las ou revoga-las. Portanto, ao propor mudanças na educação e sugerir, por exemplo, um novo tratamento à educação da mulher, com investimentos em escolas, com uma nova postura dos maridos em relação a suas esposas, dos pais de família em relação a suas filhas, Senhorinha dirige-se também, aos legisladores e governantes. (ROSA, 2001, p. 30)

Assim, tratando-se de reivindicações somente passíveis de serem atendidas pelos governantes do sexo masculino, é inegável que o jornal tivesse se manifestando a eles também.

Na segunda edição do jornal (ano I), há uma coluna inteira assinada por “Uma campanhense”, em que a mesma defende os valores femininos, dizendo que a mulher não pode exercer seu papel na sociedade (de esposa, filha e mãe) se não recebe uma educação adequada. Também critica a mulher sem educação moral e religiosa, dizendo que a mesma se preocupa demais com luxos e vaidades. Essa primeira colaboração é importante por demonstrar que embora mulheres escrevessem suas opiniões no jornal, muitas vezes não assinavam com seus nomes. Isso pode ser consequência de um medo de rejeição por parte de um pai ou marido, ou então um receio da própria mulher de se identificar perante a sociedade como alguém insatisfeita com sua posição social. Telles (*apud.* SOUTO, 2013, p. 70) afirma que era uma tarefa árdua, para a mulher do século XIX, aventurar-se a escrever, pois elas estavam cercadas de representações que as mantinham presas, tornando a autonomia da escrita um sonho distante.

Embora raro, algumas assinaturas apareciam em algumas colunas, principalmente as de poesia. Segundo Constância Lima Duarte, em seu livro “Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX”, na seção sobre *O Sexo Feminino*, dentre os nomes de colaboradoras encontrados ao longo das publicações do periódico era comum a indicação de Ernestina Fagundes Varela, Candida A. dos Santos, Laura Eulina G., Luiza E. Pereira, Maria Leonilda Carneiro de Mendonça, I. de B. Leite, Ignez Flacia d’Aguiar Mourão, Marcolina Higgis, Maria Deraisme, Maria Candida M. de Vasconcellos, Maria Joaquina de Mesquita e Rocha, Leopoldina de J. Paes Mamede, Anna Maria Ribeiro de Sá, Marianna C. de Arantes, Maria

¹⁸ Essa questão será melhor desenvolvida no tópico “Como se posicionavam a respeito das relações homem-mulher?”.

Peregrina de Souza, Palmyra de Abreu, Eulália Diniz e Josefa Esteves de G. Del Canto. (2017, p. 190)

Outro ponto importante é o apelo do jornal para que suas leitoras escrevessem: “E’ tempo já de surgir na nossa litteratura algum nome brasileiro que honre e illustre o Sexo Feminino” (SF, 1873, ed. 11, p. 3) e “Avante, pois, minhas patrícias! A penna seja nossa arma. Pedimos às nossas collaboradoras que seus artigos sejam assignados” (SF, 1873, ed. 14, p.1). Os excertos defendem a emergência de se ver surgir novas escritoras brasileiras e incentiva as mulheres a escreverem para o jornal como meio de praticarem suas habilidades e que os assinassem para validarem sua colaboração com o periódico e os ideais por ele defendidos. Porém, como já foi discutido, parece que seu apelo não surtia muito efeito.

3.2.2 *O que escreviam?*

O Sexo Feminino foi uma folha que ousou em suas reivindicações. Considere-se aqui, não somente o que concerne à educação, mas a todas as questões que envolviam o papel da mulher na sociedade. Para ilustrar o quanto suas reivindicações poderiam ser incômodas aos olhos alheios, no terceiro número do jornal (ano I), as autoras reconhecem que sua publicação tem sido uma afronta à sociedade de sua época, e evocam ainda mais suas lutas. No editorial, a redatora reitera que o periódico busca combater o inimigo da mulher, a ignorância – o qual é definido pelos homens:

A quem se deve a nenhuma instrucção da mulher—a sua descurada educação—a sua nenhuma importância social—o gráo de aviltamento a que tem sido reduzido o sexo frágil, e a elevação a que tem chegado a corrupção dos costumes—a apotheose do eynismo? Deve-se (“triste verdade!) deve-se ao sexo masculino. (SF, 1873, ed. 3, p.1)

A coluna ainda enfatiza que a mulher necessita de instrução para sair de sua condição de subordinação, do contrário, ela permanecerá desconsiderada. Ajusta sua crítica final dizendo que os homens devem compartilhar do mesmo pensamento, pois a instrução feminina há de ser benéfica à toda a sociedade.

Um artigo intitulado “O que queremos?” evoca as principais reivindicações do jornal:

Queremos a nossa emancipação—a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nosso filhos ;
Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;
Queremos em fim saber o que fazemos, o porque o pelo que das cousas ;
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem os negócios fóra de casa (SF, 1873, ed. 8, p. 2)

O excerto explicita bem a que o jornal veio, tratando, de forma poetizada, as reivindicações que serão discutidas ao longo dos próximos anos na folha: os direitos femininos à educação e igualdade matrimonial¹⁹.

No que concerne à educação, elas reivindicavam um lugar para a mulher no magistério. O artigo “A mulher no magistério”, publicado no número 4 (ano I) do jornal, vai exaltar o crescimento do papel feminino na sociedade, e saudar a este progresso, dando-se conta de que as mulheres agora estão lecionando nas escolas e não apenas para meninas, mas também para meninos. E não se contenta com a simples formação das mulheres no magistério, mas salienta que elas devem continuar seus estudos para que o exerçam com excelência. O artigo finda com a súplica para que elas não parem de buscar conhecimento e instrução, a fim de que elas não tenham de consultar outros, mas que sejam consultadas por eles.

A edição 18 é de extrema importância para essa pesquisa, principalmente no que concerne às reivindicações do jornal. Em uma resposta ao periódico *O Monarchista*, nº 52, as autoras afirmam que a ideia de emancipação da mulher “não tem por outro fim despertar em novas amáveis patricias o amor à instrução” (SF, 1874, ed. 18, p. 2), e para isso, apela para que os meios de se instruir sejam legitimados: “*O Sexo Feminino* quer que também a lei lhe faculte os meios de instruir-se ministrando-lhe com que possa viver independente e utilmente para a sociedade” (SF, 1874, ed. 18, p. 2). Afirmam ainda, que tem a capacidade para instruir-se no mesmo nível que os homens: “Temos toda a certeza de que os homens sobremodo sabem que as mulheres têm a necessária capacidade intellectual, para aprender todas as sciencias que se lhes queirão ensinar e que mais o que elles têm a precisa paciência para estudos superiores como o seião” (SF, 1874, ed. 18, p. 2).

Ainda tece uma crítica à mulher que vive para os afazeres domésticos, e apela por sua instrução: “A mulher, privada de instrução e educação embrutece, não lê porque se algum tempo

¹⁹ Este último assunto será constantemente tratado no jornal, mas o recorte desta pesquisa optou por não desenvolver afundo essas questões, focando nas reivindicações por educação e direitos das mulheres.

o soube, desaprendeu com o lidar incessante das ocupações domésticas” (SF, 1873, ed. 11, p. 2). O jornal afirma assim, que a mulher perde o seu tempo de educação e instrução quando é relegada apenas aos afazeres domésticos.

Até então, as reivindicações dessas mulheres não eram por grandes cargos, como elas mesmas vão dizer:

Não queremos dizer que as mulheres formem esquadrões de cavallaria, nem que sejam occupadas nos serviços das estradas de ferro, das alfândegas, das visitas do mar, dos pharões, da carceragem de prisões, da policia marítima, etc. etc.; pouco caso fazendo as mesmas do que diz respeito á votação, isto é, a votarem e serem votadas, que é o que aliás constitue verdadeira utopia na actualidade, e enquanto os homens não forem anjos [...] não é nosso fim querer que a mulher seja juiz municipal, juiz de direito, deputado, ministro, sacerdotiza, soldado, marinheiro, etc, etc.; mas que não seja ella educada como até o presente; excluindo-se de sua educação esses fins que se visão na educação do homem (varão) aos quaes pôde ella perfeitamente atingir. (SF, 1874, ed..18, p. 2)

O sufrágio feminino, na passagem, ainda é visto como algo ainda inalcançável. Essa relação para com o voto feminino virá a mudar em 1889²⁰, no terceiro ano da folha, principalmente depois do advento da República, em que o jornal muda de nome. Mas é importante ressaltar que, enquanto o Brasil ainda era Império, as mulheres já estavam discutindo as questões do voto, mesmo que ainda lhes fosse uma utopia.

Já no segundo ano do jornal, uma fala presente na primeira edição contrasta com o que acaba de ser discutido: “[...] a idéa principal é a de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo” (SF, 1875, ed. 1, p. 2). Logo, dá-se a entender que agora elas enxergam sua capacidade de ocupar cargos dos quais são proibidas, mas ainda assim, não podem ocupar cargos de destaque e de poder político:

Repitamol-o: A mulher pôde sem constrangimento e a vontade, occupar os officios que dependem de forza physica ? Os empregos que são proprios dos homens ? De nenhum modo. Logo, o que é necessario que ella faça para ganhar o pão e tudo que é mister a vida? Redundemos: Instrucção. Só com os meios intelligentes poderá ella viver commôdamente. A mulher instruída, convenientemente, pôde á vontade e com toda dignidade e propriedade de seo sexo occupar o emprego de medico, de chimico, naturalista, physico, pharmaceutico, pintor, telegraphista, tachygrapuista, botânico, agente de correios, negociante de rendas, sodas, fitas, e muitos outros, próprios do lar doméstico. (SF, 1875, ed. 2, p. 1-2)

O emprego essencial à mulher, de acordo com o jornal, é aquele que exerce sua instrução, e de preferência, que seja relacionado com o ambiente doméstico. Denota-se que,

²⁰ Essa questão será abordada na seção “Pautas políticas”.

apesar do jornal ter seu foco na emancipação da mulher por meio da educação, elas ainda têm a pretensão de garantir direitos de trabalho para todas. Mas esses trabalhos ainda tem de ser condizentes com o lugar feminino na sociedade.

Outro aspecto importante contido nessa análise, são as mudanças de opinião de um ano para o outro. Sabe-se que Francisca Senhorinha, redatora do jornal, era uma mulher instruída, professora e jornalista de renome na sociedade do século XIX, e, portanto, pode-se inferir que essa mudança de opinião em um período tão curto de tempo (1874-1875), deve ter sido motivada por suas leituras, tanto das permutas com outros jornais (de redações femininas e masculinas), quanto de livros proto-feministas que chegaram ao país. Como afirma Souto:

Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi uma mulher muito culta, apresentando, em seus escritos, leituras de autores diversos como Aristóteles, Voltaire, Rousseau, Michelet, Stuart Mill e Lamartine. Além disso, tinha a preocupação de manter-se atualizada, para produzir um periódico de qualidade para suas conterrâneas. Apesar dela não demonstrar interesse em fazer do seu jornal uma folha política, a professora divulgava inúmeros acontecimentos correntes em sua sociedade e, muitas vezes, assumia posições em relação a eles. (2013, p. 49)

No final do segundo ano do jornal, a redação já começa a inferir sobre uma igualdade de direitos entre homens e mulheres. E reitera suas reivindicações: “O que queremos é justo, recto, liberal. E' pois, elemento do progressista!.... Emancipar a mulher é quebrar as cadêas com que por tantos séculos os homens hão arroxeados-lhes os pulsos! E' fazer d'elle e della uma só alma em dous corpos! E' obliterar os tempos de obscurantismo e crueldades” (SF, 1876, ed. 21, p. 3). A emancipação da mulher está ligada à sua liberdade, e essa liberdade só será garantida com uma igualdade perante os papéis de homem e mulher na sociedade.

Já no terceiro ano da folha, essas reivindicações ficam mais incisivas. No editorial do número 8, a redatora reafirma os princípios de igualdade que busca conquistar entre os sexos:

Si não estamos em engano, o caminho principal a seguir é o de conciliar principios em apparencias inconciliáveis, de autoridade, autonomia, igualdade de direitos, enfim, estes a ambos os sexos. – Accordar em haver liberdade e autoridade. – Accordar em haver a mesma fé e liberdade de consciência. – Accordar na igualdade de hierarchia. – Accordar em que haja ordem nas idéias do livre arbítrio do poder divino. – Accordar em a ordem social, livre posse do capital e salário, posse de bens e profissões, etc, é de alta importância. Não estamos mais nos tempos em que o saber era propriedade de certos privilegiados. (SF, 1889, ed. 8, p. 1)

A partir desse trecho, é possível inferir que essas ideias de igualdade de direitos, ainda prematuras no ano anterior do jornal, vão ganhando forma, e com isso, as próprias reivindicações e o próprio jornal acaba ganhando um formato novo: *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. O advento da República ofereceu um novo olhar a essas mulheres, fazendo-as renomear seu jornal e intensificar suas reivindicações, como será tratado mais adiante.

3.2.3 *Qual era a função educativa do jornal ao propor outras possibilidades de comportamento às mulheres?*

O principal tópico discutido e defendido ao longo do periódico é a educação da mulher. Mas, apesar de não se tratar de uma imprensa pedagógica, ele funcionava como um veículo de instrução a suas assinantes, trazendo questões tocantes ao professorado, e para além dele, seções de entretenimento como jogos, charadas, poemas e folhetins, a fim de entreter e instruir seu público-leitor (ANDRADE, 2006, p. 42).

Já na primeira edição (ano I) as autoras defendem que os pais devem criar suas filhas para que elas busquem a instrução, e que essa lhe renderá frutos durante a vida, enquanto aquela mulher criada unicamente para o casamento, não terá liberdade²¹. O jornal afirma que: “A riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades. [...] O dinheiro, Deos o dá e o diabo póde tirar; mas a sabedoria que Deus dá— o diabo não a roubará” (SF, 1873, ed. 1, p. 1). A partir desse excerto é possível delinear outro objetivo do jornal: levar a instrução a essas mulheres a fim de que elas conquistem sua emancipação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o jornal também funcionava como um meio de propagação da educação para as mulheres. Ou seja, além de incentivar sua instrução, as auxiliava nesse quesito. Tendo um vínculo com a Escola Normal²², o jornal publicava exercícios de Língua Portuguesa e Matemática, além de Charadas e outros problemas a serem resolvidos pelas leitoras. As repostas eram publicadas nos números posteriores. O jornal também incentivava suas leitoras a lhe escreverem, como um meio de praticar suas habilidades, e publicavam muitas cartas recebidas na seção Carta das Leitoras.

²¹ Apesar dessa fala logo na 1ª edição do jornal, as próximas edições vão abordar a educação para o matrimônio, e muitos artigos colocarão o homem como o centro da vida feminina.

²² Escola de Segundo Grau, uma das primeiras a aceitar mulheres. Costumava formar professoras para o Primeiro Grau.

No que concerne ao papel de instrução do periódico, além dos incentivos e exercícios publicados regularmente, o jornal publica, em seu número 14, a premissa de que compartilhará textos de conhecimentos gerais que auxiliarão a instrução de suas leitoras:

Em tal intento não deixaremos de apresentar extractos de algumas obras que se dirijão ao mesmo fim, isto é, á nossa illustração, e á nossa capacidade intellectual para receber as luzes que se nos quizerem dar. Transcreveremos algumas partes da historia antiga e moderna em que encontrarmos exemplos dignos de ser imitados, como por exemplo, as Cornelias, as Porcias e muitas outras que praticarão actos de valor e acções virtuosas, com especialidade as nossas amaveis patrícias.(SF, 1873, ed. 14, p. 1)

Essa premissa é contemplada, tendo cada número da folha um artigo, texto, conto ou exercício a fim de instruir suas assinantes. Na edição 1 de 1875 (ano II), a redatora afirma que o jornal sempre terá a premissa de emancipar e instruir as mulheres, mesmo que ela própria julgue: “hoje [...] utopia, sonho irrealizável, etc. breve se mudará em brilhante realidade” (SF, 1875, ed. 1, p. 1). E para este fim, ela reforça a tríplice educação e afirma que a função do jornal é instruir moralmente, referido por ela como “educação da alma”. Nos anos II e III do periódico, essa forma de instrução se reúne sob o título de “Recreio”, onde são publicadas charadas, tiburcianas, adivinhações, logogrifos, enigmas, além de transcrições de textos e histórias com fundamentos morais.

Sobre a importância desse posicionamento do jornal ao mediar e instruir suas leitoras a exercerem suas capacidades mentais, Souto (2013, p. 40) afirma que esse tipo de incentivo era fundamental na época, pois no século XIX, mesmo na Europa, o acesso ao livro conservava “algo de sagrado e masculino”, assim como a leitura dos periódicos que, muitas vezes, só era permitido à mulher espiar os romances inseridos nos folhetins. Assim, além da premissa do jornal de ser “dedicado ao nosso sexo e escripto por nós” (SF, 1873, ed. 14, p. 1), ele servia como meio de instrução para as mulheres numa sociedade que limitava seus recursos para adquirir conhecimento.

3.2.3.1 *Os folhetins*

O folhetim é caracterizado como um romance fragmentado, ao estilo das atuais novelas, publicado no rodapé da primeira página de periódicos. A partir do segundo ano de *O Sexo Feminino*, quando este começa a ser publicado no Rio de Janeiro, o folhetim se concretiza como parte integral de seu discurso, permanecendo até seu último número. Foram, ao todo, 4 folhetins

publicados no jornal, sendo um deles uma crônica presente em apenas uma edição. O primeiro tinha por título “Mathilde e Eduardo – romance moral”, assinado por D***. O segundo é intitulado “Vaidade e Candura – romance moral”, sem autoria reconhecida. Seguiu-se a publicação da crônica, na edição de 16 de abril de 1890, de autoria de Eulália Diniz. E por fim, o folhetim mais longo publicado pelo jornal (contando ao todo com 18 edições), de autoria da filha da redatora, D. Elisa Diniz Machado Coelho. Esses romances não estavam diretamente ligados à emancipação feminina, mas privilegiavam a questão da “natureza feminina” e suas virtudes, por se tratarem de histórias que prezavam pela honra, moralidade, delicadeza, lealdade e amor (SOUTO, 2013, p. 78).

Sobre a importância da inclusão de romances-folhetim no jornal, Rosa (2011, p. 17) afirma que os folhetins proporcionaram o aumento das tiragens e das vendas avulsas, uma vez que as assinaturas não eram tão comuns. Ainda que poucas mulheres soubessem ler, elas participavam desse universo de leitores, compartilhando os relatos dos folhetins através das leituras coletivas. Assim, assumiam dupla função: entreter e instruir as assinantes, e chamar atenção das que ainda não liam o jornal para as ideias emancipatórias de Francisca Diniz, a partir do recurso folhetinesco.

3.2.3.2 As mulheres na história

Para fins de instrução, o jornal também traz alguns textos que explicitam a importância de as mulheres serem lembradas dentro da história. Na edição 6 do ano II, o editorial afirma que: “Lançando os olhos por este longo acervo de experiencia que se chama historia; e que é a lição do mundo, vemos que em todas as eras e em todas as épocas, houve mulheres que sem deixarem de o ser; sem usurparem os predicados do outro sexo, exerceram uma notável influencia nos successos contemporaneos” (SF, 1875, ed. 6, p. 1). Nessa perspectiva, Souto (2013, p. 35) afirma que ela [Francisca Diniz] acreditava naquela História com H maiúscula, bem parecida com aquela defendida pelos ditos positivistas. Para a redatora, a História ensinava, julgava, servia de exemplos, mostrava como as sociedades funcionavam, registrava os feitos dos grandes homens (e mulheres). Francisca cita que é dever do jornal dar visibilidade a essas mulheres, e que a mulher entra na história para resolver aquilo que o homem não consegue:

Conforme se observa, alverte-se nos acontecimentos históricos que muitas vezes apresenta-se dificuldades insuperáveis para os homens, são ellas resolvidas por mulheres, que apparecem como que adrede para triumphar dos

obstáculos acumulados. [...] É que a mulher, com efeito, não se revela senão nas grandes emergências; e os homens pela sua educação as tem custodiadas, como um ultimo recurso de que lançara mão nos casos extremos, como a afflicta Roma as enviou a Coriolano. (SF, 1875, ed. 6, p. 1-2)

A partir da edição de número 7 (ano II), utiliza-se da coluna “As mulheres e a história” para expor essas mulheres que marcaram a história, como forma de inspirar as leitoras do jornal e dotá-las deste conhecimento.

3.2.4 *Qual era o tom de suas ideias?*

O jornal, sendo redigido não só por uma, mas por um conjunto de colaboradoras, muitas delas anônimas, nem sempre age com concordância em todos os textos. Como afirma Nascimento (2004, p. 28):

Tons diferenciados de reivindicações, algumas vezes condescendente, algumas vezes irônico, outras muito indignado, dão forma ao discurso de *O Sexo Feminino*. O jornal demonstrava uma construção argumentativa em torno dos interesses femininos, marcada pela ausência de linearidade, lançando mão de estratégias até certo ponto antagônicas, que denunciavam a falta de precedência argumentativa que sinalizassem caminhos menos tortuosos.

O jornal justifica essas mudanças bruscas de opinião e convergências de sentido em alguns números, pois: “Um periódico que tem diversas collaboradoras pôde apresentar gostos diferentes em seus escriptos e que podem parecer até certo ponto contradictorios” (SF, 1873, ed.15, p. 3). Algo que dificulta ainda mais a análise, é o fato de a maioria dos artigos publicados não serem assinados. Algumas vezes é possível distinguir as diferentes opiniões e classificá-las entre as colaboradoras que se tem registro, mas ainda assim é arriscado para o historiador designar uma fala a alguém sem ter a plena certeza, que só se garante com a assinatura.

Essas contradições são latentes principalmente no que condiz à educação. Enquanto algumas afirmavam que ela deveria emancipar a mulher e ruir os grilhões que lhe faziam escrava do lar, outras afirmavam que ela devia ser ministrada apenas para a instrução dos próprios filhos e em benefício do marido. Segundo Andrade (2006, p. 103), ao contribuir com a construção da imagem da mãe de família, a educação fazia com que a mulher correspondesse à sua função social, mas, paradoxalmente, também era proposta como um meio de independência, liberdade, iniciativa e posicionamento para as mulheres.

3.2.5 *Podiam ser consideradas emancipadas para a época?*

A questão da emancipação no jornal deve ser trabalhada com atenção. Ora essas mulheres reiteravam que a emancipação condizia apenas ao seu sexo, ora o relacionavam ao homem (seu marido), aos filhos e ao lar. Isso se deve, como já dito anteriormente, ao fato de o jornal ser escrito por colaboradoras que muitas vezes divergiam em suas opiniões. Pode-se dizer, portanto, que a emancipação no jornal era trabalhada de diferentes maneiras, denotando uma dicotomia que será analisada a seguir.

Por um lado, a emancipação feminina estava condicionada ao homem, ou o incluía. Na coluna de Variedade, na quarta edição (SF, 1873, ed. 4, p. 3-4), há um subtópico denominado “Ditos sobre as mulheres”. Dois desses ditos são dignos de relevância para essa pesquisa. O primeiro deles diz: “As mulheres são para o homem o que as flores são para a primavera”. Já o segundo: “O que mais agrada-nos na mulher é o pudor e a castidade”. Mesmo com as reivindicações por emancipação e instrução, as mulheres ainda eram vistas como complementos dos homens. Nota-se também uma grande influência da religiosidade no comportamento feminino. Essas passagens são importantes para a reflexão do conceito de emancipação imposto no jornal à época, que difere da nossa concepção atual.

Há ainda passagens em que a autora²³ diz que a educação tirará a mulher de seu posto de invisibilidade perante o homem, afirmando que “não serão escravas, nem um móvel de casa, serão o anjo da guarda do homem” (SF, 1873, ed. 9, p. 1). É constante também a afirmação de que a emancipação da mulher é proveitosa para o homem, ou que ela vem para complementar o papel de esposa e mãe da mulher.

É defendido que a mulher seria um investimento de seu marido se adquirisse a instrução necessária para a educação dos filhos, e que a mesma é indispensável nesse papel:

Se todos compreendessem a utilidade da instrução da mulher entre nós, instrução que pouparia muito á bolsa do marido que na educação dos filhos tem gasto grande parte de sua fortuna, a sciencia não formaria sem duvida uma espécie de aristocracia da intelligencia, e o homem, que, logo na infância, não encontra outro guia si não sua mãe, se tornaria mais apto, para o desenvolvimento na viagem, que, neste mundo, faz do seu nascimento ao tumulto. (SF, 1874, ed. 32, p. 3)

A mulher, em resumo, é um investimento que o marido faz para a educação dos filhos. A mulher instruída os educa melhor nos princípios de moral e bons costumes, pois ela tem o

²³ A escolha por denominar algumas citações como de cunho “da autora” se deve ao fato de a maioria dos textos publicados no jornal não ter autoria reconhecida, sendo difícil atribuir conotações específicas.

“afeto maternal”. Consequentemente, esses homens bem educados e instruídos por suas mães é quem farão a diferença na sociedade.

No segundo ano do jornal, o editorial da segunda edição corrobora para a visão dessa emancipação atrelada ao masculino, no qual afirma que a emancipação da mulher edifica o homem: “A mulher educada em suas doutrinas leva sempre o homem ao apogêo de gloria, e a mal educada ao abysmo dos crimes e da desgraça” (SF, 1875, ed. 2, p. 2). Logo, uma mulher emancipada e bem instruída é benéfica ao homem, enquanto aquela considerada mal educada, lhe será desfavorável.

No editorial intitulado “A racional emancipação da mulher”, a redatora defende que: “A condição social da mulher marca exactamente o grão de civilisação de um povo, e é o reflexo do lar doméstico, porque a familia é a molécula social; onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é barbara a sociedade” (SF, 1889, ed. 2, p. 1). Aqui percebe-se a transição entre os conceitos de emancipação, em que a autora defende que a emancipação feminina é um meio de beneficiar não só a mulher, mas toda a família, sendo o definidor de uma sociedade civilizada.

O conceito de emancipação, entretanto, transita entre aquela que conhecemos hoje. Na edição 10 (ano I) do periódico, a emancipação toma um formato mais atual:

Sede independentes do homem por meio de uma educação apurada que deveis vos procurar ; cultivai sobre tudo vossa intelligencia com a maior somma de instrucção que puderdes ; ornai o vosso espirito com o temor de Deos, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos ; amai o trabalho.(SF, 1873, ed. 10, p. 2)

Na passagem, vemos uma emancipação que diz respeito somente à mulher, que a desprende do homem. E para que ela conquiste tal elevação, deve ater-se à sua instrução. Na edição 16, há um apelo para que os condutores da lei revejam a situação das mulheres no que concerne ao seu papel na sociedade:

Estas succintas considerações só por si e independentemente de outras que em anteriores números desta folha temos feito, são sufficientes para que pecamos a os nossos legisladores que meditem um pouco sobre a grande desigualdade de condição civil e politica entre os dous sexos no Brasil, na útil influencia que podem exercer as mães e esposas sobre o espirito dos cidadãos, pois que se convencerão facilmente da urgente necessidade de uma mudança na nossa legislação e costumes em favor do nosso sexo.(SF, 1873, ed. 16, p. 2)

A passagem se encaixa no contexto de emancipação defendido pelas mulheres que assinavam o jornal. Uma emancipação por direitos civis e políticos, pelo direito de se praticar e exercer a educação e a instrução, e pelo direito de educar seus filhos, sem se ater exclusivamente ao trabalho doméstico.

Na edição 26, na coluna de Colaboração, em um texto intitulado “Primasia da mulher em relação ao homem”, é apresentado um lado mais radical da visão sobre emancipação defendido pelo jornal. Seguem-se citações como: “A mulher é em tudo superior ao homem.”; “A liberdade vossa é apenas fofa e aparente; sem a mulher nem vida tereis” (SF, 1874, ed. 26, p. 2). E prenuncia:

Tempo virá em que a vossa violência será repelida e vosso predomínio derrubado pelo poder da instrução dada á mulher. [...] Acordai do somno em que há mais de 6 mil annos tendes jazido, e erguei a mulher à altura em que o próprio Deos a collocou, si não quereis vossa própria ruina, o completo desanimo e a estacionaridade do gênero humano. (SF, 1874, ed. 26, p. 3)

Aqui, vê-se um posicionamento de cunho mais incisivo, onde a mulher é vista não somente como tão capaz quanto o homem, mas mais capaz do que ele, tendo sua superioridade atestada. O texto é assinado por Amelia Augusta Diniz²⁴, uma das autoras que está sempre assinando seus textos e tem as ideias mais radicais.

As autoras elucidam ainda, que as mulheres estão despertas para com suas lutas: “Devo prevenir ao sexo masculino que não pense que as mulheres estão adormecidas pelo somno do indifferentismo ; não, algumas já se tem feito ouvir, e outras levadas por sua modéstia não tem querido externar seus pensamentos pela imprensa” (SF, 1874, ed. 45, p. 1).

3.2.6 *Quais questões e discussões a respeito da participação social feminina?*

“Os jornaes e os professores em suas cadeiras de ensino serão os obreiros do progresso.”
(SF, 1889, ed. 8, p. 1)

O jornal defendia a participação social feminina como a conquista de sua educação. Seus direitos na sociedade proveriam disso, do fato de ela poder ser educada no ensino primário, secundário e posteriormente, numa instituição de ensino superior. A questão da educação

²⁴ Filha de Francisca Diniz, redatora do jornal.

feminina perpassou o periódico com fervor. Mas, antes de perpassar as principais reivindicações do jornal nesse quesito, é fundamental contextualizar o ensino recebido pelas mulheres em fins do século XIX. Segundo Andrade (2006, p. 18), nas escolas ou pensionatos frequentados pelas filhas de famílias abastadas, os estudos terminavam quando elas completavam 13 ou 14 anos. Lá ensinavam-nas a ler, escrever, aritmética, boas maneiras, noções de música, dança, costura e cozinha, ou seja, era uma formação voltada para o matrimônio, uma educação completa para a dona de casa.

Mediante a sociedade patriarcal vigente no período, herdada de um patriarcalismo burguês europeu, onde as mulheres eram constantemente deixadas de lado avante o progresso, era de se esperar que sua educação, e posteriormente, sua participação ativa como professora dentro de escolas fosse algo, até então, pensado com repulsa:

[...] o direito das mulheres frequentarem a escola secundária e superior enfrentou forte resistência por parte da sociedade que considerava tais estudos desnecessários para a formação das jovens. O androcentrismo da família patriarcal reservava aos homens os benefícios da cultura e se encarregava de excluir as mulheres desse universo. Por isso a imposição de uma educação diferenciada como forma de respeitar as “diferenças biológicas e morais” de cada sexo. Aos homens, uma educação que os preparasse para o mundo do trabalho; às mulheres bastava a “educação de agulha”, saber se comportar e atuar dentro de casa. Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e princípios morais, o suficiente para formar a mulher que o discurso senhorial prescrevia: educada, meiga, acomodada. (DUARTE, 2017, p. 25)

Mediante isso, o jornal toma como pauta principal o incentivo à educação feminina, no qual o mesmo vai defender uma educação gratuita para o povo como meio de emancipação do país, a entrada feminina nesse ambiente, seus avanços e recuos.

O Sexo Feminino classificava a educação diferindo-a da instrução. Segundo um artigo traduzido do francês por Amelia Diniz: “Hoje quasi que geralmente confundem a educação com a instrução. A primeira é a cultura do coração, a segunda é a do espírito” (SF, 1873, ed. 2, p. 4). Assim, a educação seria aquela condizente ao comportamento, e a instrução seria aquela adquirida com os estudos. Francisca Diniz defende o que ela chama de tríplice educação: educação física, moral e intelectual. A educação física, como propriamente dita, diz respeito à saúde do indivíduo, a educação moral, aquela que acaba sendo transmitida por educadores dentro das escolas, mas que na verdade deveria ser papel das mães, e a educação intelectual é aquela adquirida no ambiente escolar e/ou acadêmico.

Na edição 38 (ano I), na coluna “Communicado”, o jornal lamenta o alto índice de analfabetismo dos habitantes da Freguezia de S. Joaquim: “[...] tendo a freguezia 6165

habitantes, destes só sabem ler 573 e são analphabetos 5592!!!” (SF, 1874, ed. 38, p. 2) e apela para que:

Seja a instruccão primaria derramada pela população ; mandem os pais de familia ensinar a ler a suas filhas ; entregue-se o magistério ás senhoras ; não se importem os pais com as despesas que fizerem com a educação de seos filhos, e muito principalmente de suas filhas ; que se preparem esta professoras e comecem a ensinar e verse-há si daqui a 10 annos há de ou não baixar o numero dos analphabetos nessa freguesia. (SF, 1874, ed. 38, p. 2)

Assim, o jornal acaba apresentando como solução para o analfabetismo, a educação feminina. No segundo ano do jornal, quando o mesmo é publicado na Corte, sob o título de “A instruccão no Rio de Janeiro”, Senhorinha critica o baixo número de pessoas alfabetizadas no Império: “Na população geral (do municipio neutro) de entre os homens são analphabetos 68.716, sabem lêr e escrever 65.161...!. De entre as mulheres sabem lêr 33.992, são analphabetas, 58 161...” (SF, 1875, ed. 14, p. 3). Percebe-se que o jornal condena fortemente o analfabetismo, principalmente o feminino. E defende, em resumo: eduquem-se as mulheres, e elas educarão a população. Apela também para que os pais de família honrem a educação de suas filhas, salientando que: “O analphabeto não pode pensar, ha do ir pedir a outros que o fação em seo logar. O analphabeto não vive, vegeta; não vê o sol, vive e morre na escuridão” (SF, 1875, ed. 38, p. 2).

Ciente das altas taxas de analfabetismo no Império, principalmente na camada feminina da sociedade, o jornal já havia focado a instruccão do povo: “A ignorancia do povo é a fonte de todos os malles; della emana o seu atraso; e na reprodução de seus erros ele chega a degradação social”. Critica ainda a instruccão pública que, apesar de ter avançado, ainda não chegou ao interior: “O nosso povo necessita de instruccão sufficiente para assim poder auxiliar o progresso de sua lavoura, de sua industria e da sua moralidade” (SF, 1874, ed. 19, p. 1). Um adulto que não se instrui perpetua o seu erro: “Um individuo sem instruccão nunca será bom cidadão, porque ignorando as regras da civilidade, desconhecendo os deveres, que impõem o ensino, útil, moral e agradável, involuntariamente, vai elle buscando o caminho do yicio, que depois o leva á pervessão” (SF, 1874, ed. 19, p. 1). As reivindicações apresentadas são em favor de um ensino público, pois essa é a única maneira de instruccão chegar ao acesso de todas as camadas sociais. E a importância disso reside no fato de que a educação torna o seu povo mais civilizado, como dito pelas autoras: “A diffusão, bom regimen e profícua prosperidade das escolas primarias constituem, pois, um dos caracteristicos dos povos mais civilizados” (SF, 1874, ed. 20, p. 1).

O jornal expõe também algumas informações importantes no que concerne à legislação em favor da educação. A primeira lei sobre a instrução elementar data de 15 de outubro de 1827, enquanto a criação da primeira Escola Normal de Minas Gerais, é dada pela lei nº 13 de 20 de março de 1835. Depois disso, foram criadas escolas no Rio de Janeiro, na Bahia, e em São Paulo, respectivamente. O editorial da edição 27 que relaciona a luta pela independência de Minas com ideias de liberdade e emancipação, e exalta a província por ter sido o local de criação da primeira Escola Normal, em 1835:

Foi nesta heróica provincia que appareceu a idéa de nossa emancipação politica; foi ella a primeira que em 1835 creou a 1a escola normal; foi a que primeira fez leis estatuinto que as senhoras occupassem cadeiras de instrucção primaria do sexo masculino; foi nella que teve lugar a primeira exposição nacional; foi em fim a primeira que apresentou a idéa da emancipação da mulher com a apparição do Sexo Feminino, a qual idéa, graças á tendência das dignas e intelligentes mineiras, nossas conprovicibanas, para o melhoramento intellectual e moral, esperamos que hirá avante irremissivelmente como avante caminha o progresso e a civilisação. (SF, 1874, ed. 27, p. 1)

Posteriormente²⁵, são reiteradas as discussões sobre a importância dos professores: “[...] o professorado é uma espécie de sacerdócio, e muito importante; não pôde dispensar um noviciado escrupuloso e desvelado” (SF, 1874, ed. 24, p. 2). Afirma ainda que estes são responsáveis pela formação do indivíduo na sociedade: “[...] a educação preparatória dos mestres deve ser methodica e completa” (SF, 1874, ed. 24, p. 2). E por fim, elucida que é essencial que as Escolas Normais preparem os professores com didática: “Não basta ter o professor conhecimento do que deve ensinar: é preciso que saiba o modo de communicar esses conhecimentos; é preciso que aprenda a “pratica do ensino” (SF, 1874, ed. 24, p. 2). O texto é de autoria de Extr. De Dalligaull, do curso de pedagogia.

A edição 21 traz em pauta a educação em escolas primárias. Tais escolas, como definido pelo jornal: “As escolas elementares, bem dirigidas, serão a regeneração dos costumes das ideias” (SF, 1876, ed. 21, p. 1). Afirma ainda que a difusão das escolas primárias beneficiará não somente o indivíduo que adquire conhecimento, mas também o Estado, que desenvolverá uma unidade nacional, e apela para a importância de bons professores: “A importância e proficuidade de uma escola estão, pois, na razão directa do valor pessoal do professor. Tal mestre, tal escola” (SF, 1874, ed. p. 1). Mas não basta apenas que o professor repita conhecimentos, é preciso saber transmiti-los, e esta importância é incumbida a Escola Normal:

²⁵ O texto foi continuado até o número 24.

“O professor, portanto, precisa ter uma educação apropriada. Essa educação, porém, só a podem dar, conveniente, regular, fructifera as escolas normaes” (SF, 1874, ed. 21, p. 2).

O jornal transcreve um texto assinado pelo Sr. Dr. Alberto Brandão, no qual observa-se a opinião masculina em favor da educação feminina e sua visão sobre o professorado feminil:

Para a escola mixta eu prefiro, em vez do professor, a professora, por motivos muito importantes. Em primeiro lugar, por que as professoras garantem mais os princípios de moralidade. Em segundo lugar, por que a mulher pobre no Brasil deixará de ser escrava ou criada para; como nos Estados-Unidos, seguir a profissão do magistério. (SF, 1874, ed. 31, p. 3)

O professor afirma, assim, um dos princípios defendidos pelo jornal: de que a mulher é melhor educadora por ser mulher, pelo seu instinto materno. Novamente, como o jornal já havia defendido, a educação moral é dever das mães, pois é ela quem garante que a moralidade e os bons costumes se perpetuem na sociedade. O diferencial na fala do professor, é que ele defende o professorado feminil como meio de garantir a ascensão social da mulher pobre brasileira, ou seja, ele defende que se dê uma oportunidade às mulheres que não nasceram na classe abastada, de se instruir e lecionar, e assim, garantir uma vida melhor.

O jornal já havia defendido, no número 25, em artigo intitulado “A educação da mulher”, no qual as autoras afirmam que Cristo libertou as mulheres do seu estado de escravidão, porém, os homens continuaram a vê-las como seres inferiores, sem inteligência e discernimento. Porém, os tempos mudaram, e agora²⁶ elas reivindicam seu papel na sociedade, como o direito à formação superior. O segundo ano da folha continua nesse apelo para com a educação feminina, principalmente no que concerne à sua entrada nas universidades:

E' tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos de ensino superior. Ouvi-nos! Temos até aqui soffrido resignadas toda a sorte de humilhações e de injustiças. Agora, porém que a taça transbordou, ousamos levantar nossas débeis vozes pedindo-vos, repitamos:—reparação dos vossos erros e de vossas injustiças. A mulher tem sido opprimida, escarnecida, ludibriada; tem vivido quasi que semi-morta, e, o que ó mais, não haveis considerado que aviltando-a, humilhando-a, conservando-a na ignorância fica ella sem a força de que carece para resolver o mais difficil dos problemas sociaes—o da Educação dos filhos; problema confiado só a ella pelo próprio Deus. [...] Tudo quanto havemos dito, e o que lemos nos diversos noticiários, animão-nos a conservar em nossos corações a crença de que será accéita nossa idéa, ampliada e posta em pratica. E' chegada a época de reformas. Vêmos despontar nos horisontes de varias nações uma nova era de prosperidade e de justiça para o nosso humilhado sexo. Vemos que a força do direito d'esta parte da humanidade opprimida pelo direito da força do forte contra o fraco, vai começando a ser aqui e aii reconhecida.

²⁶ No contexto da época, ano de 1874.

Com prazer anunciamos ás nossas contrerrâneas os progressos que nossa idéa tem feito em diversas nações. Lembremos aos nossos concidadãos que, o sexo fraco não necessita de palácios, solidamente construídos, para n'elles serem recebidas e educadas nossas filhas, as filhas do povo. O que necessitamos é de serem fundadas casas de educação, e dirigidas por hábeis Senhoras, com internato para a classe desfavorecida da fortuna ; para as filhas do povo, sobretudo as que forem sem mães ; ou que tendo-as não só, não queirão educal-as, como devem, como não o possuem por qualquer motivo. Por ultimo, pedimos, aos legisladores, ao governo, aos nossos concidadãos e com especialidade ás mães de familia para que coadjuvem esta nossa idéa a bem de vél-a coroada de feliz êxito. (SF, 1875, ed. 1, p. 2)

O editorial desta edição é carregado de reivindicações no que concerna à educação e ao papel da mulher no meio desta. No excerto, é possível notar a reivindicação do jornal em favor da ampliação dos estabelecimentos de ensino às mulheres: sejam escolas, universidades, ou qualquer prédio em que elas possam lecionar. E todas essas demandas são direcionadas aos governantes. Prevê que “[...] quando a mulher fôr educada e se achar livre dos prejuizos em que a ignorância a imbuio: quando heroína na família tornar-se rainha e não escrava, a sociedade caminhará rapidamente na senda do dever. Ella trará com o fructo do trabalho intelligente, porém leve, a riqueza material para a família, de quem é soberana, ou deve sel-a” (SF, 1875, ed. 2, p. 1). Logo, a educação da mulher é a chave para uma sociedade progressista.

3.2.6.1 Feminização do magistério

A feminização do magistério é considerada um fenômeno de inversão dentro das Escolas Normais, até então um espaço delegado somente ao ensino masculino, passa a se tornar território feminino. Mas essa feminização não aconteceu de maneira progressiva, como afirma Andrade (2006, p. 114):

Durante todo o século [XIX], esse tipo de instituição caracterizar-se-ia por um ritmo inconstante, de infundáveis reformas, criações e extinções de escolas normais. Do início da formalização da profissão docente no Brasil até sua feminização passaram-se cinco décadas. Nesse período, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina. (*apud*. VILLELA, 2000, p. 101)

Além de um processo longo, suas causas foram várias, como por exemplo: o desenvolvimento industrial, o crescimento dos setores médios, a ampliação do comércio, a propagação de periódicos, a instituição de novos hábitos, e principalmente as transformações

urbanas que produziram novos sujeitos sociais, com mais acesso à informação e mais interessados pela escolarização (SOUTO, 2013, p. 57).

O jornal defenderá no editorial da edição 13, a instrução e educação pela professora. O texto assinala a importância de se ter mulheres como professoras, pois elas podem desempenhar um papel tão bom quanto o de um homem: “Quem, melhor do que a mãe, nos pode ensinar a preferir a honra á fortuna, amar os nossos semelhantes, a soccorer os desgraçados, a elevara nossa alma até a origem do bello e do infinito?” (SF, 1873, ed. 18, p. 1). O apelo se encontra mais forte na seguinte passagem:

E’ tempo de darmos o grito de nossa independência, de nossa emancipação do jugo ferrenho em que temos até agora vivido, proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos publicos, e muito principalmente para o magistério onde daremos á mocidade de ambos os sexos educação e instrucção; e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e á sociedade que ensinaremos a juventude se não com mais proficiencia que os preceptores, ao menos com mais constância, paciência, resignação bondade e ternura maternal, sentimento este que Deos não confiou ao sexo masculino. (SF, 1873, ed. 13, p. 2)

O magistério é, assim, considerado uma extensão da maternidade. Sua argumentação gira em torno de que a mulher é mais propícia para educar e instruir porque ela conta com um instinto maternal, algo que é intrínseco a ela.

A edição 25 do jornal tem o editorial intitulado “O pudor em uma mestra”. Primeiro, o artigo se inicia com a afirmação de que “[...] o pudor é dos indispensáveis requisitos n’uma professora” (SF, 1874, ed. 25, p. 1). Reitera ainda que, a mulher professora, tem o trabalho mais árduo que o de um professor, por ainda tem que tomar conta das tarefas do lar: “A missão do professor é difficil; mas a da professora é sempre muito mais ardua. A mulher foi predestinada para o sacrario dos affectos mais intensos do lar, a sua educação requer por consequencia cuidados especiaes” (SF, 1874, ed. 25, p. 1). Logo, mesmo exercendo a profissão no magistério, a professora não deixava de ser dona do lar, tendo uma jornada dupla. Louro²⁷ afirma, ainda, que o magistério era considerado uma profissão de “espera-marido”, sendo exercida geralmente por mulheres solteiras, e que, a partir do momento em que elas contraíssem matrimônio, deveriam deixar de lado a profissão para exercer integralmente seu papel de dona de casa.

A conduta da mulher está em constante avaliação e necessita de aprovação da sociedade, como o texto elucida: “A sociedade avalia pelo pudor da mulher a sua coroa de virgem, a sua virtude de esposa e a pureza de sua maternidade. E’ ainda este sentimento o maior vinculo que

²⁷ LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2018, pág. 446-481.

lhe prende na frente o respeito da família” (SF, 1874, ed. 25, p. 1). O texto finda com a afirmação de que “O mais recatado pudor e a mais rígida moral devem ser os principaes adornos das professoras” (SF, 1874, ed. 25, p. 1). Entende-se nas passagens, que, apesar de as mulheres estarem se inserindo no meio educacional, se instruindo e se tornando professoras, elas ainda não podiam – ou não conseguiam – se libertar dos grilhões impostos socialmente ao seu sexo: ao seu papel de mãe e anjo do lar. Nesse ínterim, Andrade (2006, p. 117) afirma que:

A nova condição feminina do magistério fez, também, emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres, além de reforçar a imagem da mulher associada à domesticidade. Ao substituir a mãe, esperava-se que a preceptora assumisse uma conduta materna, ou seja, assexuada, respeitável, pura. Os concursos para admissão nas escolas normais passaram a dar mais ênfase na moral e no comportamento dos professores do que em seus conhecimentos. Nacionalidade, idade e **moral** eram critérios de exclusão para quem pretendia exercer o magistério.

Logo, pode-se inferir que houve um controle de sexualidade das professoras, impulsionado pelo jornal. Ela deveria dar o exemplo de moralidade.

Assim, é possível concluir com a fala de Louro (2018, p. 469):

Muito provavelmente mulheres que tomassem iniciativas que contrariassem as normas, que tivessem um nível de instrução mais elevado ou que ganhassem seu próprio sustento eram percebidas como desviantes, como uma ameaça aos arranjos sociais e à hierarquia dos gêneros de sua época. Vale lembrar ainda que, por muito tempo, a ignorância foi considerada como um indicador de pureza, o que colocava as mulheres não ignorantes como não puras.

Uma vez que a feminização do magistério possibilitou a abertura do espaço escolar às mulheres, não só como um local de aprendizagem, mas também de ensino, ele também acirrou o controle sobre elas. Dessa maneira, é possível perceber que o jornal mantinha sua posição reivindicante no que concerne ao direito da mulher se educar e instruir, mas também alertava para ela compreendesse que sua conduta deveria ser moral e virtuosa, a fim de cumprir com o papel que a sociedade espera dela.

3.2.6.2 O peso do higienismo

Segundo Andrade (2006, p. 76-78), o advento do capitalismo fez emergir uma nova ordem social burguesa, que valorizava a intimidade, organizando-a em favor da família, inserindo a mulher no espaço doméstico, onde ela representava, no imaginário social, a guardiã

do lar, responsável pelos cuidados do marido e dos filhos. O comportamento feminino era caracterizado pela submissão, o recato, a delicadeza e a fragilidade, tornando o lar o espaço ideal para que ela reinasse absoluta e exercesse suas duas funções primordiais: esposa e mãe. A autora reforça que, a fim de atingir essa nova ordem social, estabeleceu-se uma política higienista e um projeto de medicalização da sociedade, que serviria para criar formas de controle social. Dotado de uma roupagem de cientificidade, objetividade e neutralidade, a inferioridade da mulher – ou a superioridade masculina – era justificada em um aprisionamento social da mulher na esfera privada, elencando discursos em diferentes setores do mundo intelectual brasileiro nesse favor.

Telles (2018, p. 429) atesta que o higienismo defendia a mulher como um ser afetivo e frágil, sendo seus principais atributos a doçura e a indulgência, e somados, eles serviam para justificar sua inferioridade, cujo cérebro acreditava ser dominado pelo capricho e coqueteria²⁸. Assim, para que não adoecesse, a mulher deveria aceitar o comando do homem e se dedicar inteiramente à maternidade e à família. Nesse ínterim, justificava-se a dificuldade de as mulheres ingressarem no magistério. O excerto abaixo explicita que a mulher tem de ser elevada de seu estado de submissão, o qual os homens a colocaram:

Mão grado a improgessibilidade de alguns cérebros masculinos que tem querido achar a pretensa utopia de nossa idéa até em diferenças physiologicas, do cérebro, e do todo physico da mulher relativamente ao homem, diferenças que no dizer delles fazem ver que na mulher só há sensibilidade, somente coração, e (herezia psychologica) quasi ausência de rasão, constituindo meras e raras excepções as mulheres illustradas e sabias que tem figurado na republica litteraria; mão grado esses cégos que não querem vêr, apparece clara e manifestamente a verdade, a idéa que sustentamos e afagamos, a qual vai caminhando desassombrada, aparecendo e reproduzindo-se em diversos pontos do orbe, e não com pouca adhesão e animação no nosso paiz. (SF, 1874, ed. 27, p. 2)

Percebe-se uma crítica às teorias higienistas e às recentes decisões políticas tomadas que desfavorecem a emancipação feminina na sociedade. Na primeira edição de 1889, no editorial, afirma-se novamente a questão de invalidez das teorias higienistas: “As sciencias anatômicas mostram a igualdade da intelligencia da mulher á do homem, no estudo das sciencias. Algumas senhoras que as estudaram provam que as ficam sabendo perfeitamente tanto quanto as sabem elles.” (SF, 1889, ed. 1, p. 1). Assim, Senhorinha manifestava seu posicionamento contrário aos

²⁸ A coqueteria é entendida como um excesso de elegância ou vaidade.

ideais vigentes em favor dos seus, desvalidando as ideias retrógradas que representavam pedras no caminho da racional emancipação feminina.

3.2.6.3 *De que maneira faziam acontecer suas lutas?*

Que o jornal tinha as reivindicações voltadas para a educação das mulheres é fato, mas, em determinado momento, essas reivindicações acabaram saindo do papel. Sendo dirigido por uma professora, *O Sexo Feminino*, a partir de seu segundo ano, convoca um propósito concreto: a criação de escolas para meninas. Observou-se que, de início, o jornal manteve suas reivindicações dirigidas aos (homens) governantes, mas, não sendo atendidas, iniciaram as atividades de sua própria escola. A edição 19 (ano II), abre seu editorial com a súplica:

Com as mãos na consciência, e até onde chegarem nossos pequenos recursos de intelligencia, da imprensa bradaremos e imploraremos com instância do nosso governo, bem como dos nossos concidadãos todo o auxilio, em favor de nossa idéa, de fundar casas de educarão, com internato para ambos os sexos, e sob a direcção de senhoras. (SF, 1876, ed. 19, p. 1)

E denuncia que suas reivindicações só não foram ouvidas ainda pelo fato de elas serem mulheres: “O que hemos dito seria bastante para termos obtido o desejado effeito e utilitário desígnio mas somos-mulher; e este nome é bastante para enfraquecer o nosso desideratum” (SF, 1876, ed. 19, p. 2). Assim, Senhorinha se compromete ainda mais com a educação feminina.

De início, assim que Francisca Diniz se muda para o Rio de Janeiro, ela abre, em conjunto com Maria Constança de Sá Benevides, outra professora, o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha. O intento do colégio é ensinar crianças na primeira infância. De início, o colégio é anunciado como um externato para meninos, mas depois de alguns números, indicou que recebiam também meninas, e que suas três filhas auxiliavam na instituição. No editorial da edição 19 (ano II), a redatora pede auxilio para manter seu estabelecimento de ensino:

Effectivamente a redactora deste jornal, querendo pôr em pratica este seo pensamento, appella desde já para todas as senhoras dotadas de bom coração, afim de coadjuvarem-na neste empenho, inscrevendo-se com qualquer quantia, que, de suas economias possam dispensar e dar para o estabelecimento que ella acaba de crear, com o titulo de «Collegio Maternal». No dito seo estabelecimento receber-se-ha: as meninas ricas, pagando conforme o programma, as de medianna fortuna, pagarão o que seos paes puderem, e as desamparadas serão educadas grátis. Para este fim obriga-se a redactora também a dar metade de toda importância das assignaturas deste hebdomadário. (SF, 1876, ed. 19, p. 2)

Como explicita a passagem, Francisca Diniz redireciona uma parte dos lucros do jornal para auxiliar sua instituição, a fim de garantir a educação não só daquelas que tinham condição de pagar, mas de todas as meninas que quisessem aprender. Percebe-se fortemente o apelo da folha para a educação de meninas pobres. No editorial do número 5 (ano III) de 1889, a redatora apela “[...] implorando ao governo, aos nossos concidadãos, às nossas amigas ; assignantes deste jornal, todo o auxilio em favor da fundação de casas de educação destinadas ás meninas pobres” (SF, 1889, ed. 5, p. 2). O jornal, sendo redigido e dirigido por mulheres brancas abastadas, que tinham condição de bancar seus estudos, faz um apelo aos governantes para que estes eduquem as meninas pobres, e pedem para que suas assinantes – também mulheres abastadas – sejam colaboradoras de seus ideais, auxiliando financeiramente a manutenção desta mesma escola. Mesmo depois de fundar outros colégios, o apelo financeiro continua.

Em 1889, vê-se fundar uma nova escola: o Colégio Santa Isabel. Esse colégio já é dirigido somente às meninas, contando com curso primário e secundário, além de aulas de noções extras. É possível aferir mais sobre este último colégio pois seu programa foi publicado no jornal algumas vezes, enquanto que o primeiro, apareceu somente em alguns anúncios. Segue em anexo o programa do Colégio Santa Isabel:

Figura 4

Curso primario

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| 1º Instrucção moral e religiosa. | 8º Systema metrico legal. |
| 2º Leitura e escripta— calligraphia. | 9º Historia sagrada. |
| 3º Arithmetica até fracções decimaes. | 10 Principios de moral e civilidade. |
| 4º Elementos de historia patria. | 11 Musica vocal. |
| 5º Noções de geometria plana. | 12 Economia domestica. |
| 6º Grammatica portugueza. | 13 Côte e feitto da roupa branca. |
| 7º Noções de geographia. | 14 Bordado branco. |
| | 15 Crochet e ponto de marca. |

Curso secundario

- | | |
|---|--|
| 1º Instrucção moral e religiosa desenvolvida. | 5º Pedagogia com desenvolvimento da triplice educação. |
| 2º Historia antiga, média, moderna e contemporanea. | 6º Grammatica portugueza a fundo. |
| 3º Leitura de classicos em prosa e verso. | 7º Arithmetica completa e systema metrico. |
| 4º Redacção e estylo epistolar | 8º Geographia geral. |

Côte e confecção de toilette, bordades a matiz, flores de câra, panno, papel, etc.

Linguas: francez — inglez — allemão e italiano.

Sciencias.

Das mathematicas: algebra—geometria e calculo
 Das philosophicas: moral geral e noções de philosophia } Noções
 Das sciencias medicas: hygiene e medicina pratica }
 Das sciencias naturaes: historia natural }
 Das sciencias physicas: physiologia }

Bellas-artes

Piano — canto — dança — desenho — pintura.

Preço das pensões, mensalmente

	<i>Curso primario</i>	<i>Curso secundario</i>
Pensionistas.....	33\$000	45\$000
Meio pensionistas.....	18\$000	20\$000
Externas.....	5\$000	8\$000
Piano.....	6\$000	10\$000
Canto.....	6\$000	10\$000
Dança.....	6\$000	10\$000
Francez.....	5\$000	8\$000
Inglez.....	5\$000	8\$000
Italiano.....	5\$000	8\$000
Allemão.....	5\$000	8\$000
Desenho.....	5\$000	8\$000
Pintura.....	6\$000	8\$000

Para todos e quaesquer outros esclarecimentos os pais se dirigirão ás Directoras no estabelecimento.

As Directoras,

D. Francisca Senhorinhã da Motta Diniz
 e suas filhas.

SF, 1889, ed. 10, p. 4. Fonte: Hemeroteca Digital Nacional Brasil.

Embora já seja digno que Francisca Diniz tenha aberto dois colégios por conta própria, trabalhado como diretora e mantido a periodicidade de um jornal ao mesmo tempo, é de se ressaltar que o colégio tinha um programa emancipador e doméstico ao mesmo tempo. O fato dela oferecer o ensino secundário é digno de nota, uma vez que a educação feminina naquela época ia somente até o primário. Mas, mesmo que Senhorinha tenha incluído em sua grade matérias específicas do ensino masculino, ela manteve muitas de economia doméstica, ressaltando a dicotomia de seu pensamento: a emancipação sem se desprender do lar.

3.2.7 *Mães são melhores educadoras*

Como já foi afirmado posteriormente, o jornal defendia que as mulheres eram melhores educadoras por serem mães e terem, intrínseco a elas, o afeto materno. O papel feminino na sociedade era sempre ligado ao aspecto da maternidade, como afirma Guacira Lopes Louro (2018, p. 450):

[...] as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”.

Como a autora explicita, a maternidade era considerada intrínseca à mulher. Sendo assim, era natural que mesmo as mulheres do século XIX tivesse dificuldade de se desprender de seu papel de mãe. Mesmo educadora, ela ainda assim era ou seria mãe. E a questão do instinto materno das mulheres é discutido extensivamente pelo jornal, como um argumento para defender que as mães seriam melhores educadoras do que os homens. A primeira expressão desse cunho vista no jornal está logo na edição 5:

Temos sustentado que sómente a mãe é apta para educar o filho ; pois que o pai ainda que o quizesse fazer, não teria o necessário tempo. E’; isto de uma verdade pratica e incontestável. Porém que educação pôde esperar-se da mãe de família que nem si quer sabe definir este vocábulo ? E esta grave omissão, esta falta tão sensível, esse mal tão grande a quem é devido ? E’; ao governo, á sociedade, aos homens—e aos paes !!! (SF, 1873, ed. 5, p. 1)

Fica entendido na passagem acima, que as autoras responsabilizam os homens pela falta de acesso da mulher à educação. O jornal ainda afirma que só a mãe é apta para educar, pois é ela quem deve desenvolver todas as habilidades e competências de seu filho. Para este fim, *O Sexo Feminino* intervém, num apelo às mães para que busquem sua instrução: “As mães de famílias para poderem bem compreender esta tarefa tem absoluta necessidade de ler e ler muito, ter conhecimento do que se passa no mundo pela leitura reflectida dos periodicos, e melhor ainda dos periódicos ilustrados” (SF, 1873, ed. 6, p. 2). Aqui, pode-se notar ainda, uma propaganda da própria folha, instruindo as mulheres a se educarem a partir dos jornais.

Na edição 11 do segundo ano do jornal, a redatora reitera o fato de que somente a mulher pode educar outras mulheres:

Desengane-se o Governo deste paiz e os homens em geral, só as mulheres podem ser as educadoras da mocidade; só ellas são capazes de regenerar a sociedade que tem de succeder á presente, preparando convenientemente a mocidade, por meio da educação physica ou do corpo da educação moral ou do coração e da intellectual ou do espirito. (SF, 1875, ed. 11, p. 3)

Na edição 14 (ano II), no editorial intitulado “O professorado feminino na instrução primária”, a autora defende que os alunos ensinados por mulheres estão mais adiantados do que aqueles ensinados por homens: “Os alumnos do ensino feminino ostentam maior pratica dos usos e applicações daquillo que sabem; e os educandos da instrução masculina apresentam, ao contrario, a par de menor facilidade de comprehensão, mais avultado numero de noções abstractas” (SF, 1875, ed. 14, p. 1). A mulher era, então, sinônimo de cuidado e ternura, indo na contramão da figura do preceptor carrasco, punitivo, incompatível com propósitos de civilizar a população, incentivando seu autocontrole (NASCIMENTO, 2004, p. 82).

A edição 17 do jornal, de volta ao seu primeiro ano, discorre sobre a “Influencia da educação maternal sobre os filhos”, alegando que “Os bons professores fazem os bons estudantes: mas só as boas mães fazem homens virtuosos” (SF, 1874, ed. 17, p. 1). A educação reivindicada pela mãe é a educação moral, que muitas vezes foi disciplinada na escola, mas que cabe às mães, e elas, por sua vez, devem ter acesso à instrução para que possam ministrá-las, e essa educação materna é a responsável pela virtuosidade de um homem ou mulher na sociedade.

Fica claro aqui a “santa missão” feminina, que era educar suas filhas com pudor, para que estas sejam capazes de suprir suas necessidades no futuro. Caso contrário, a falta de educação da mãe poderia desgraçar sua filha:

Uma menina para quem é importante somente a arte da sedução, põe-na em pratica logo que tem liberdade; dahi as intrigas, os desregramentos, a discórdia e a perturbação entre os esposos; dahi essa ociosidade das mulheres, que as leva a prazeres culposos, a divertimentos ruinosos; dam esse vácuo do espirito, que as torna inúteis, quando mortos seus encantos, e as obriga a buscar já na cabala, já na devoção um remédio contra o enjoo que as devora. (SF, 1874, ed. 33, p. 2)

Destaca que os maiores defeitos das mulheres lhe são atribuídos pela sua falta de educação adequada: “E’ sem duvida á educação funesta dada ás mulheres, que devemos attribuir suas fraquezas, suas imprudências, sua frivolidade” (SF, 1874, ed. 33, p. 2).

Outro ponto relevante é o texto intitulado “Pedaços de ouro”, de autoria de Zahar, publicado na coluna de Variedade:

A ignorância, e por consequência a imoralidade e a depravação social, nascem principalmente da má organização da família. A mulher forma o cidadão. A pátria exige della e seu concurso individual na prosperidade commum. Mas para que a mulher saiba formar o coração, é preciso primeiramente que o seu espirito esteja esclarecido a ponto de comprehender o alcance da sagrada missão que a Providencia e a sociedade lhe confiarão. Poderá ella obter este resultado com a educação que actualmente recebe, sobretudo entre as sociedades de origem neolatinas? A igreja e a escola são duas antitheses, são duas doutrinas, dous elementos de perfeição moral que se completão. A instrucção é o complemento da religião. Quanto mais illuminada fôr a intelligencia do homem, mais fácil lhe será a comprehensão do Ente Superior e das sublimes maravilhas com que a natureza escreve e exalta o seo nome. (SF, 1874, ed. 35, p. 4)

Assim, sendo a mulher propícia para educar por seu instinto maternal, era responsável pelas novas gerações, estava a ela imbuído o dever de criar mulheres bem educadas e homens que assegurassem o futuro da nação. Mas para isso, ela deveria ser instruída, e é aí que o jornal atua. Além da educação para o magistério, *O Sexo Feminino* defendia a educação e instrução para as mães de família.

Antes disso, na edição 9 do primeiro ano do periódico, um artigo intitulado “Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o character de suas filhas” defende que as mães devem educar suas filhas para que elas passem o conhecimento adiante, baseando-se nas três concepções já citadas de educação²⁹. Afirma que: “A emancipação da mulher fundada na virtude, na educação, na instrucção, no amor ao trabalho, trar-lhe-ha não só a felicidade própria, como a felicidade de toda a humanidade” (SF, 1873, ed. 9, p. 1). Com frequência o jornal traz a educação feminina atribuída a um “bem da humanidade”, que não beneficiará apenas ela, mas todos a sua volta. Esse conceito é definido por Souto (2013, p. 37) como “maternidade patriótica”.

A família sempre é colocada em questão quando se fala da educação, como afirma o editorial da primeira edição de 1889:

Hoje, no século XIX, está mais que demonstrada a maravilhosa importância que a mulher tem na regeneração da humanidade ; E no lar da familia, que é a sociedade em miniatura, é que pôde e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrucção da mocidade. (SF, 1889, ed. 1, p. 2)

Ainda na mesma edição, o editorial reafirma que a mãe de família é essencial para o desenvolvimento da educação: “Vejam, pois, boas mães, o terreno é nosso, não o deixemos

²⁹ Educação física, moral e intelectual.

sem cultura, e nossa colheita será na proporção do que semeiarmos; a principal idéia é a de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família” (SF, 1889, ed. 1, p.2).

Logo, o jornal defendia não apenas uma educação para mulheres, mas também uma educação por meio de mulheres. Sua argumentação é fundamentada, em todo o jornal, por uma perspectiva condizente com o intuito de incentivar a mulher a ocupar um espaço que, no imaginário social, vinha sendo arquitetado como de pertencimento feminino (NASCIMENTO, 2004, p. 92). A mãe foi a protagonista dos argumentos dessas reivindicações, uma vez que ela detinha um instinto inerente a si mesma que a tornava uma apta educadora. Essa educação, ministrada pela mãe de família a outras mulheres, tinha como objetivo primeiro fecundar as bases da virtuosidade esperada pela sociedade da época, e como consequência, ampliar um nicho de mercado para essas mulheres: o professorado. Adquirindo a instrução necessária para lecionar, a mulher se libertaria das correntes sociais impostas a ela. Assim, conquistaria sua emancipação.

3.2.8 Como se posicionavam a respeito das relações homem-mulher?

Ao longo da análise toda a folha, foi possível perceber que as reivindicações do jornal giravam em torno da figura masculina: ora acusando-o, ora interrogando-o a respeito dos ideais progressistas e emancipatórios de suas reivindicações, os ideais femininos estão a todo momento cercados pelas figuras masculinas. Sua imagem é construída nos editoriais com tom pejorativo, sendo delineados como injustos e indiferentes aos pedidos das mulheres (ROSA, 2011, p. 105). Como afirma a autora:

[...] ao construir sua imagem, a jornalista constrói também o simulacro da mulher e do homem oitocentista. Esses imaginários, recuperados no discurso, revelam os sujeitos destinatários e também ampliam nossa visão do público leitor desse jornal, uma vez que ele é caracterizado, inicialmente na primeira página, como um periódico dedicado aos interesses da mulher. Em nossa análise, percebemos que esse direcionamento não é exclusivo ao público feminino, pelo contrário, dirige-se direta ou indiretamente ao universo masculino, seja pelo ataque feito a eles, seja pela convocação para uma mudança de posicionamento com relação às mulheres. (ROSA, 2011, p. 11)

Sendo assim, destacam-se a seguir algumas dessas falas direcionadas aos homens pelo jornal, e sua relação para com os ideais emancipatórios pregados pelo jornal.

Na edição 4 do ano II, no editorial intitulado “A mulher”, defende-se que os homens tentam justificar uma superioridade inexistente:

[...] ha elle feito esforços inauditos para justificar o orgulho que o domina, julgando-se com superioridade sobre ella, procurando nos exames anatómicos diferenças physiologicas. [...] Está moralmente demonstrado que o homem e a mulher são ambos seres relativos, não sendo mais que duas metades de um todo. (SF, 1875, ed. 4, p. 1)

Para alguns homens, “A mulher não existe; bem o querem elles, ou si existe, elles a tem em suas opiniões difinido do modo seguinte : —A mulher: —E' um ente circunscripto, passero, servente instrumento, voluvel, em expectativa perpetua” (SF, 1875, ed. 4, p. 2). Assim, a redatora faz-se perceber pelo olhar os homens, condicionados por sua superioridade em relação a elas.

Na edição 6 (ano II), na coluna de Litteratura, no texto “Louvor e critica das brasileiras”, transcreve um texto de 1839 sobre o encarceramento social que as mulheres sofrem:

Leva-se a mal que os brasileiros exerção um não sei, que de tyrannico sobre as suas senhoras. Detem-nas com effeito em uma espécie de gyniceo impenetrável que priva de todos os olhares. Não admittem sinão raramente pessoas estrangeiras em sua companhia, e não o fazem sem que primeiramente sondem a sua moralidade. (SF, 1875, ed. 6, p. 2)

Esse trecho evidencia importância para se perceber como era o olhar masculino em relação às mulheres brasileiras em fins do século XIX. O texto foi escrito por um estrangeiro e publicado no jornal como meio de demonstrar essa visão externa de como as brasileiras são encarceradas em seu convívio social. O jornal condena a submissão feminina na sociedade e afirma que a mulher morre na escravidão imposta pelo homem, e critica os homens que contrariam suas ideias: “Triste é o pensarmos que no século das luzes ainda haja insensatos que combatam nossas idéas, valendo-se da lei civil, escripta por elles, para servir-lhes de trincheiras inexpugnaveis ás suas opiniões despoticas” (SF, 1889, ed. 5, p. 1-2).

Nesse ínterim, é possível perceber que a redatora se utiliza de preceitos religiosos para defender a igualdade (e superioridade) das mulheres em relação aos homens: “Nada prova melhor a superioridade da mulher do que a doutrina de Christo” (SF, 1889, ed. 8, p. 2). Afirma que sua submissão é um crime para com as leis divinas: “tornar a mulher um ente passivo, dependente absoluto da vontade do homem é tornal-a incompleta, é aviltal-a e offender a sua dignidade de ser creado por Deus ! !” (SF, 1889, ed. 7, p. 1).

3.2.8.1 Homens não educam

Em sua argumentação em defesa da educação feminina, Francisca Diniz rebaixa a competência dos homens em educar, afirmando muitas vezes que eles não conseguem realizar tal tarefa, e quando o fazem, sua educação é infrutífera. Na edição 14 (ano II), no editorial intitulado “O professorado feminino na instrução primária”, a autora critica o ensino dos homens:

O ensino dado pelos homens é sempre destacado e imperfeito; porquanto ó obvio, que a somma de partes differentes e heterogêneas, nunca è igual á natureza de cada uma d'ellas: O ensino administrado pelas mulheres, differindo essencialmente offerece um aspecto todo determinado e sujeito a regras seguras e determinadas. [...] os alumnos mais aproveitados da instrucção difiundida pelo professorado masculino, caracterisam-se sempre por defeitos. [...] Não é um homem, um ser humano, que assim se constitue; é uma machina; é quando muito um instrumento de trabalho, um agente econômico. (SF, 1875, ed. 14, p. 2)

Logo, o ensino masculino seria caracterizado como inferior ao exercido pelas mulheres, indicado como um ensino rígido, cheio de defeitos e incompatível com a instrução para vivência em sociedade. O ensino masculino seria, então, aquele que prepara o trabalhador, não o erudito. Alega que os professores “só atiram as sementes do ensino e não se preocupam se ele frutifica ou não” (SF, 1875, ed. 18, p. 1).

Baseando-se em preceitos pedagógicos, a redatora reitera o fato de que os homens não são capazes de ensinar com eficiência:

As doutrinas da sã pedagogia nos ensinam que, ha nas crianças attributos que precisam ser bem cultivados para a boa formação do espirito, e que estes são em numero de 7: attenção, coração, razão, imaginação, memória, entendimento e apprehensão. Ora, está mathematicamente demonstrado que nenhum destes attributos pôde ser desenvolvido pelo homem. E, si assim é, não ha tempo a perder; fora todos os masculinos do ensino primário da infancia. Haja quem em favor de nossa idea, suba a tribuna universal da imprensa. (SF, 1876, ed. 19, p. 2)

Assim, o homem não é capaz de desenvolver um ensino completo, sendo então necessário excluí-lo da educação da primeira infância. A autora ainda pede que seus entendimentos sejam compartilhados por outros órgãos da imprensa.

Muitas vezes, o apelo de Francisca Diniz pela educação vincula uma culpa ao homem, como dito por ela: “Na actual sociedade quem a educou e instruiu? Os homens. Pois bem, vêde

o triste papel que no lar doméstico representa a mulher, criada e educada no luxo e na vaidade. Assim a fizeram, assim a quizeram, assim a tenham” (SF, 1875, ed. 11, p. 3). Essa questão se encaixa bem quando o jornal critica as mulheres vaidosas e desinteressadas para com seu estudo. Há uma justificativa: elas foram educadas por homens! O ensino falho que faz com as mulheres se rendam à sua submissão, é, então, atribuído à instrução masculina.

3.2.9 *Como interpretavam a ideia de cidadania feminina e sua participação política?*

Apesar de o jornal não se dizer de propósito político, as autoras estão constantemente deixando “escapar” suas opiniões acerca desse tema, que não deixa de ser uma forma de expressão das mesmas para com a realidade da época. Segundo Souto (2013, p. 21), a sociedade oitocentista, não apenas no Brasil, pretendia recusar a palavra pública às mulheres, pois restaurar a ordem significava silenciá-las, dado o vigor da ideia de que as “mulheres adequadas” não falam sobre política, é inconveniente e mal educado. Assim, é possível denotar a pressão social que essas mulheres sofriam ao vincular suas ideias em periódicos, e principalmente, em opinarem em pautas políticas. Nos primeiros dois anos do jornal, Francisca Diniz tenta maquiar essas manifestações, mas a partir de *O Quinze de Novembro*, a palavra “político” paira no cabeçalho do jornal³⁰. Aqui, destacam-se os principais recortes de cunho político em *O Sexo Feminino*.

A redatora do jornal, Francisca Senhorinha, era esposa do redator do periódico *O Monarquista*, dono da tipografia no qual eram impressos os números de *O Sexo Feminino*. O casamento com um monarquista declarado deveria sugerir, quase que por contágio, sua posição política (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2007, p. 434). Constata-se, até aqui, que os jornais (e seus redatores) compartilhavam dos ideais monarquistas.

Na edição 15 (ano I), *O Sexo Feminino* responde a uma crítica do jornal *Colombo*, sobre um poema em aclamação ao monarca brasileiro, D. Pedro II. O periódico se isenta de seu papel político: “Que nossa folha não é política, e por tanto não tem que se inferir no grande problema social de qual seja a melhor fôrma de governo, si monarchia absoluta; constitucional, theocracia, democracia ou republica aristocrática” (SF, 1873, ed. 15, p. 2). Porém, sabe-se que nenhum órgão de imprensa consegue ser 100% neutro em relação a pautas políticas. Sendo o

³⁰ Nas últimas edições de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, o cabeçalho é: “Revista quinzenal, litteraria, recreativa, noticiosa e política”.

jornalismo uma prática social³¹, que reflete os interesses daqueles que o compõem, pode-se entender que o poema publicado foi, sim, dotado de intencionalidade. Porém, como afirmado posteriormente³²:

Si estivéssemos sob a fôrma de governo republicano saudáramos de bom grado o presidente da republica ; mas como estamos dominados pela monàrchia, nada ha que estranhar em um soneto dedicado ao monarcha, que é tido e havido como protector das letras, e seu mais acerrimo propagador. (SF, 1873, ed. 15, p. 2)

Percebe-se uma exultação do Imperador pelo seu incentivo a educação no país. O jornal ainda defende que, pelo poema estar na coluna de Poesia, ele era também uma ferramenta de instrução:

Ora, sendo o Sexo Feminino um órgão de instrução, educação e illustração da mulher, é claro que essa poesia, quando nenhum outro mérito tivera, tinha o de ser um pedaço de litteratura que interessar pôde á instrucção e illustração de nosso sexo, que só por si é poesia, sendo o sexo contrario verdadeira prosa como elegantemente algures se disse. (SF, 1873, ed. 15, p. 3)

“Diz mais o Colombo que a mulher sob o regimen monarchico é escrava ou cortezã” (SF, 1873, ed. 15, p. 3). A esta última provocação, o jornal rebate: “Não sabemos em que grande republica ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada” (SF, 173, ed. 15, p. 3). Com essa fala, o jornal reforça sua percepção de que a mulher está muito atrasada na história, não importando o regime político em que ela vive.

O número 20 (ano I) do jornal consta uma provocatória digna de nota. Na seção de Literatura, em um artigo sobre mulheres cursando a Universidade de Cambridge, o jornal questiona: já que o Brasil é um “submisso imitador” dos EUA e da Inglaterra, por que não dá logo educação às suas mulheres? E finaliza o artigo com: “Será que os governo se arreceia de alguma revolução resultante de sciencia feminina?” (SF, 1874, ed. 20, p. 4). É difícil de compreender a quem a redatora se refere quando cita os governantes, pois, até então, ela vive exultando as figuras imperiais, como será tratado posteriormente.

Na edição 28 do periódico, outro aspecto relevante: um texto de exultação à Princesa Isabel pela assinatura da lei de emancipação dos escravos:

Não deve passar aqui desapercibido que á Providencia aprouve Haver por bem que amais philosophica e humanitaria das nossas leis a da emancipação dos

³¹ LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Junho de 2015, página 6.

³² Ainda no mesmo artigo.

escravos—fosse assignada por uma mulhér, a nossa amável e virtuosa Princeza Imperial, cujo augusto nome tão bellamente assim se eternizou nessa grande lei, que parecia deperigosos resultados lão temidos pelos tímidos retrógrados e que entretanto, nenhum abalo causou á sociedade brasileira, ao contrario fazendo-lhe honra no meio das nações civilizadas. (SF, 1874, ed. 28, p. 1)

Tendo o jornal sido publicado no ano de 1874 e a Lei de Abolição da Escravatura assinada pela Princesa Isabel apenas em 1888, pode-se inferir que a Lei referida no trecho não é outra senão a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Promulgada para libertar os filhos de escravas nascidos após sua assinatura, esta lei foi considerada pelo jornal como “emancipação” total, pois se tratava da libertação de mulheres por meio de seus filhos. Houve uma relação entre liberdade que sai do ventre feminino, ou seja, uma vez que a mulher dá à luz seu filho em liberdade, ela se torna livre também.

Na edição 39 (ano I) do periódico, há a discussão do tópico da instrução pública no editorial, onde o jornal dá esperança de que o país está progredindo nessa questão: “[...] o paiz caminha e uma vez com o impulso que tomou e o domina, ainda caminhará com a rapidez do raio” (SF, 1874, ed. 39, p. 1). Cita a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que:

[...] assoberbando todas as outras leis; porquanto, si todas tendem ao mesmo fim, isto é, o desenvolvimento e garantia da liberdade, na sua mais ampla e nobre accepção, nenhuma affecta beneficemente tão de perto os fins racionaes e sociaes do homem como essa humanitaria e sancta lei. (SF, 1874, ed. 39, p. 1)

O texto reivindica que o próximo passo é a educação pública: “[...] o povo brasileiro espera ainda leis e reformas sobre outros assumptos de não pequeno momento, parecendo-nos fora de duvida ser um delles a instrucção publica” (SF, 1874, ed. 39, p. 2). Apela ainda, para que o conselheiro Dr. João Alfredo Correa de Oliveira³³ melhore: “a sorte desafortunada dos professores das escolas primarias, e com especialidade a das professoras dellas, das quaes escolas na phrase de um sábio escriptor, depende todo o futuro do Estado e da humanidade” (SF, 1874, ed. 39, p. 2).

O texto informa que: “Para tal fim são necessárias reformas das quaes uma muito essencial é a que deve respeito dizer ao regulamento da instrucção publica da corte, de 1854” (SF, 1874, ed. 39, p. 2) e cita a Reforma Couto Ferraz, onde “Tal regulamento é um obstáculo ao melhoramento da classe e do pessoal dos obreiros do futuro da sociedade, á animação dos

³³ Diretor da Escola Normal da Corte.

que ao professorado se dedicação e conseqüentemente ao progresso da propria instrucção, e da esperançosa mocidade” (SF, 1874, ed. 39, p. 2).

Aborda, por fim, a questão exclusiva no que concerne às mulheres:

[...] si a mulher d’então se occupava apenas com os misteres domésticos, servindo, quando muito, para educar e defeituosamente ensinar indivíduos do seo sexo, não sendo como hoje aproveitada até de preferencia para dirigir escolas de sexo differente; si, em fim, entre tantas outras mudanças porque tem passado com o progresso da humanidade, temos a gloria de dizer hoje que ninguém no Brasil nasce privado da mais nobre e elevada faculdade do ente racional – a liberdade; não é muito que também hoje não possa rasão ter de existência, permanecendo tal qual se acha, o velho regulamento da instrucção publica da capital do Imperio. (SF, 1874, ed. 39, p. 2)

Afirmam por fim, que com os antigos decretos elas estão “atrasadas 20 anos”. Esse texto se faz de fundamental importância para compreender o conhecimento que essas mulheres tinham em relação à legislação, principalmente no que concerne à pauta feminina.

No segundo ano da folha, na edição 5, no editorial intitulado “A mulher”, a redatora afirma que: “O direito das mulheres parece estar ligado intimamente á fortuna do progresso e da democracia, e os democratas, que desmentem este asserto, regeitando nossas idéas, não escapam de incoherencia, pois que deste modo detestam suas proprias doutrinas” (SF, 1875, ed. 5, p. 1). Alerta ainda, que a libertação das mulheres já está em sua terceira tentativa, e que ela se dará por meio do tríplice educação, e enfatiza:

Em uma palavra, o systema de attribuir inferioridade á mulher com relação ao homem chegou á sua ultima phase e ultima hora. Cumprio o seo tempo. [...] A mulher já cumprio sua sentença: si foi vagarosa em protestar contra a injustiça do Sexo forte saiba elle que é por amor delle mesmo que o fez. [...] Nao ha que hesitar. Toda a humilhação da situação da mulher; todo o peso de sua cãdêa servirá para augmentar a sua corôa de gloria. (SF, 1875, ed. 5, p. 2)

É ainda nessa edição do jornal que se menciona a faísca do que virão a ser ideias sufragistas: “Entre nós em eras passadas, quando se cogitava da nossa organização politica, um grande pensador, um dos nossos primeiros estadistas, o finado Senador Manoel Alves Branco, propôz que se conferisse o direito activo de suffragio ás matronas brasileiras” (SF, 1875, ed. 5, p. 2). Na edição 15 (ano II), o jornal noticia o processo de votação para o sufrágio feminino na Inglaterra:

O suffragio universal não está ainda estabelecido no paiz. O voto é ahi considerado como um privilegio que emana da qualidade de proprietario, não como um direito pessoal inherente ao individuo. E segundo a tradicção só

aquelles que pagam os impostos são os que têm o direito de intervir na sua imposição. As mulheres apoiando-se neste principio reclamam o suffragio; não na qualidade pessoal, moral ou civil, mas sim na de proprietárias titulares que pagam contribuições. (SF, 1875, ed. 15, p. 1)

Assim, as inglesas não reivindicavam um sufrágio universal, mas sim para aquelas mulheres que atendessem os mesmos requisitos que os homens para votar. Esse aspecto fica mais claro na fala de Miss Dowling, secretária geral da associação “Suffragio Mulheril”, transcrita pelo jornal: “Nós não pedimos o voto para as solteiras e as esposas sobrecarregadas de deveres domésticos, mas unicamente para aquellas cuja posição civil seja igual á dos homens, e seria injusto privar d'esse direito as que são proprietárias e contribuintes” (SF, 1875, ed. 15, p. 1).

Essas questões relativas ao sufrágio feminino ganharão força a partir do advento da República, quando o jornal passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Suas pautas nos editoriais serão em torno desse ponto, e discorrerão também sobre direitos iguais entre homens e mulheres, como se verá posteriormente.

Logo, pode-se concluir que o jornal não tinha o intento de ser uma folha política, mas acabou se tornando em razão de suas reivindicações. É possível perceber as questões políticas se tornando mais constantes e relevantes a cada número, indicando o grau de conhecimento que essas mulheres tinham do mundo em que viviam, e sua perspicácia em analisar e comentar tais eventos.

3.2.9.1 A relação com as figuras imperiais

Ao longo da análise do periódico foi possível encontrar diversas exultações – ora em formato de poemas, ora em textos – para as figuras imperiais brasileiras, em específico a Princesa Isabel, D. Pedro II e D. Leopoldina³⁴. Apesar de *O Sexo Feminino* reclamar que sua folha não era política, esses escritos elogiosos perpassavam o jornal com frequência, desde seu primeiro ano, até o último³⁵. Quando o jornal passa a ser publicado no Rio de Janeiro, na Corte Imperial de D. Pedro II, este acaba realizando uma assinatura da folha, como as mesmas vão noticiar com entusiasmo no dia 14 de agosto de 1875:

³⁴ Essa última tendo apenas alguns sonetos dedicados à sua morte.

³⁵ Até seu último ano como *O Sexo Feminino*. A partir do momento em que a República é proclamada e o jornal passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, essas exultações cessam.

S. M. Imperial o senhor D. Pedro II, acaba de demonstrar que é dedicado protector das letras, mandando tomar uma assignatura do periódico *Sexo Feminino*. A redactora desta folha apreciando sobre modo esta protecção honrosa, beija agradecida e cheia de reconhecimento as mãos de S. M. I. a quem de ora em diante será enviado este hebbdomadario. (SF, 1875, ed. 4, p. 2)

A primeira manifestação em enaltecimento a D. Pedro II no jornal está na edição 14 (ano I), na coluna de poesia, onde é publicado um soneto dedicado ao aniversário do mesmo, intitulado “O melhor dos Monarchas do Universo!” (SF, 1873, ed. 14, p. 4). Essa publicação trouxe polêmica para o jornal (como já foi discutido na seção anterior), mas mesmo assim, *O Sexo Feminino* não cessou de publicar suas exaltações, a maioria delas adquirindo o mesmo título, se referindo ao imperador como o melhor monarca do universo.

Na seção Variedades da edição 6 (ano II), é publicado um relato de exultação do Imperador feito por um estrangeiro, que afirma: “[...] Sua Magestade deixou-me impressões que me conveceram que (quer os brasileiros realizem esta verdade ou não), é feliz o povo que é regido por um monarcha tão illustrado, valente e progressista” (SF, 1875, ed. 6, p. 3). O jornal realizar esse tipo de publicação mostra que era compatível com essa ideia, o que favorece os interesses do jornal em relação a monarquia. Difícil é especular se essa exultação se dava mesmo em forma de admiração, ou se tratava na verdade de um puxa-saquismo a fim de conquistar o apreço das majestades imperiais em favor da causa de Francisca Diniz. No mesmo número foi publicado um soneto dedicado a morte de D. Leopoldina.

A edição 6 (ano III) abre-se com uma nota de lamento pelo atentado sofrido pelo Imperador no dia 15 de julho de 1889, e afirma:

[...] nem uma só Senhora Brasileira deixou de erguer aos Céus um voto de gratidão por haver poupado a Preciosa Vida d’Aquelle que, ha quasi meio século, sabiamente dirige os destinos do Brazil, fazendo-se amar e respeitar de brasileiros e estrangeiros, pela igualdade e patriotismo com que dispensa a uns e a outros justiça, caridade e amor! (SF, 1889, ed. 6, p. 1)

Para além da assinatura de D. Pedro II e seu engrandecimento, alguns números mais tarde, o jornal vem a noticiar que a Princesa Isabel está lendo a folha:

Sua Alteza a nossa Princeza Imperial acaba de dar uma prova de que é digna protectora das letras. Quando as senhoras em geral talvez nem tenham ouvido fallar na existência do *Sexo Feminino*, periódico editado nesta Corte, que cheio de esperanças entra no seo 2º anno, a Princeza Imperial se digna dispensar alguns minutos para lêr uma folha dedicada aos interesses das senhoras. Contada pois é mais esta assignante que vem honrar este semanário, que muito tem que dizer aos retrogrado, estacionados, pessimistas e utopistas. Cheia do

mais cordial reconhecimento, a redactora deste jornal beija agradecida as mãos da virtuosa Princeza Imperial. (SF, 1875, ed. 5, p. 3)

A exultação da Princesa Imperial é destacada quase em todo número da folha. Como já foi discutido no tópico anterior, a redatora do jornal dava muito crédito a ela pela Lei do Ventre Livre, e a considerava uma figura inspiradora para as mulheres brasileiras no quesito emancipatório. A princesa servia, para ela, como um exemplo de como a mulher brasileira deveria ser: emancipada, intelectualizada e virtuosa. Mas, segundo estudos biográficos sobre a princesa, ela nada tinha de emancipada. Segundo o livro de Roderick J. Barman³⁶, a princesa imperial, apesar de sucessora do trono brasileiro, não recebeu educação para a vida pública. Muito pelo contrário, sua instrução, por mais aprimorada que fosse, a formou apenas para a vida privada. O historiador mostrou sua indiferença em relação aos assuntos políticos (indiferença esta, motivada por seu pai, D. Pedro II, que a excluía desse mundo e a educou somente nos preceitos morais e religiosos) a partir de trechos de suas cartas ao pai, ao marido e sua aia, em que a mesma relata, em seus períodos de regência, que espera ansiosamente a volta do pai ao país, pois aquele não era seu lugar. Barman mostrou uma Princesa Isabel muito diferente daquela imaginada por Francisca Diniz, a mulher emancipada que libertou os escravos e estava prestes a se tornar Imperatriz. Nas palavras do autor:

A princesa não se rebelou contra o destino que lhe coube e raramente manifestou insatisfação em relação a ele. Já nos primeiros anos de vida, aprendera quais eram os deveres da mulher. Em suma, embora tivesse acesso aos recursos inerentes ao poder, suas circunstâncias pessoais a impediam de exercê-lo. (2005, p. 318)

José Murilo de Carvalho afirma que os “heróis” são parte reais, parte construídos, e que, por se tratarem de uma elaboração coletiva, eles dizem menos sobre si mesmos do que sobre a sociedade que os produz (1990, p. 15). Assim, é possível inferir que Francisca Diniz construiu sua visão acerca da Princesa Imperial baseada em suas próprias convicções, levando em consideração a postura que D. Isabel lhe dava a entender, de uma mulher emancipada (e emancipadora de outras), sucessora do trono Imperial Brasileiro.

A primeira edição do ano III do jornal, de 1889, traz no editorial o seguinte questionamento: “Sem a Excelsa Princeza Imperial D. Isabel, a Redemptora, o que seria da mísera raça, que há tanto tempo era opprimida pela escravidão ?” (SF, 1889, ed. 1, p. 2). Esse

³⁶ BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. Editora Unesp. São Paulo, 2005.

excerto é passível de dupla interpretação. Primeiro, é possível indeferir o grau de importância e crédito que o jornal dava à Princesa Isabel pela abolição da escravatura, no qual, segundo Barman, a princesa teve parte adiantando o processo que culminou com sua assinatura na Lei Áurea (BARMAN, 2005, p. 244-249), e com isso, ganhou popularidade com o povo brasileiro, que justifica a fala de Senhorinha. Outra perspectiva da passagem é o fato de que essa é a última vez que a redatora exalta as figuras imperiais em seu jornal, pois, ao renomear o jornal em homenagem a implantação da república, Francisca Diniz simplesmente esquece seus elogios monárquicos em favor de dignificar o novo sistema.

Logo, essa relação com as figuras monárquicas brasileiras contrasta bastante com as reivindicações do jornal, que estão sempre a apelar para os governantes e culpá-los pela falta de instrução e educação da mulher. O jornal se absteve de noticiar qualquer evento³⁷ ou comoção atrelado ao processo que originou o golpe republicano. As figuras imperiais tinham suas grandezas exaltadas pelo jornal, e de repente a folha muda seu título e está a engrandecer a República como advento de libertação das mulheres.

3.2.10 *A força do periódico feminino*

Afim de cumprir seu papel social de motivar a educação feminina, *O Sexo Feminino* está constantemente permutando com outros periódicos, sejam eles liberais, conservadores, republicanos, maçônicos, monarquistas, evangélicos, ultramontanos, entre outros, e mesmo que muitos deles não apoiassem as ideias de emancipação feminina, isso não impediu a formação de uma rede de órgãos da imprensa que se liam mutuamente, e publicavam suas considerações a respeito das discussões em voga da sociedade oitocentista (SOUTO, 2013, p. 74). A redatora muitas vezes elogiava-os em sua folha e pedia para suas leitoras que o assinassem: “[...] cultivai a imprensa, é só assim que podereis vir a conhecer os vossos direitos, as vossas obrigações, e os encargos e mais compromissos de vossos maridos que podem trazer a felecidade ou a mina de vosso casal” (SF, 1873, ed. 10, p. 2). Esse excerto, coincidentemente, trata das duas faces do jornal: a primeira, seu intento de reivindicar uma emancipação feminina; e a segunda, de educar a mulher para a domesticidade do lar.

Na coluna do “Noticiario”, é engrandecido o sucesso com que a folha tem sido requisitada: “Está encetada uma avultada correspondencia entre as senhoras que reclamão a

³⁷ Com exceção do atentado de 15 de julho de 1889, no qual apenas publicou uma nota de pesar que engrandecia o Imperador – e será que só o fez pelo mesmo assinar o jornal?

remessa desta folha diretamente a ellas, e não por intermédio dos maridos” (SF, 1874, ed. 17, p. 4). Considerado um periódico de luta pela emancipação das mulheres, nota-se quão gratificante deve ter sido para aquelas que o escreviam, verem seu crescimento e principalmente, verem que outras mulheres estavam fazendo as assinaturas sem intermédio de seus maridos.

Na edição 18 (ano I), são destacados alguns pontos sobre a importância dos periódicos na instrução do povo. Ao anunciar a criação de um novo periódico, chamado “*O Mineiro*”³⁸, as autoras afirmam que: “Atravessamos uma época em que alguém despejada e impudentemente sustenta este principio embrutecedor: não ler para não pensar; não pensar, para não peccar” (SF, 1874, ed. 18, p. 3). Esse trecho denota a importância com que a instrução feminina estava sendo tratada nos jornais, dada sua intolerância até então, por parte daqueles que compartilhavam o pensamento descrito na citação. Na edição 31 (ano I), ao anunciar que a redação do jornal aguarda o recebimento da segunda folha do novo periódico *Jornal das Damas*, as autoras provocam: “Já a mulher no Brasil serve para redigir um periódico – que dirão a isto os rotineiros, e os que avançam que – não se deve ler para não pensar – e não pensar para não peccar!” (SF, 1874, ed. 31, p. 4).

A edição 23 abre com o agradecimento de Francisca Senhorinha aos fundadores da Escola do Povo, por uma carta mandada por eles, elogiando seu trabalho em *O Sexo Feminino* como de fundamental importância para a emancipação da mulher por meio da educação. Essa carta demonstra sua importância para justificar o alcance que o jornal teve, e como ele estava sendo bem visto pela sociedade educadora da época.

O jornal “*O Constitucional*” afirma sobre *O Sexo Feminino* que: “O melindroso thema dos direitos da mulher, ninguém o poderia tentar melhor do que a própria mulher. O Sexo Feminino o tem feito com dedicação e proficiência” (SF, 1874, ed. 29, p. 2). Tal afirmação explicita a relevância que o jornal tinha dentro da sociedade, principalmente no que diz respeito à convivência com outros periódicos.

Ao destacar o nascimento do *Jornal das Damas*, a redatora afirma que não deseja rivalidade com o mesmo e o exalta por partilhar dos mesmos ideais de emancipação da mulher:

Não cremos que do espirito da rivalidade feminina já nascesse eivado o novo periódico, ao qual deve pelo contrario ser sympathico o seu collega com que faz causa commum pela idéa, maxima tendo sido citado o nome da digna redactora do Domingo a Exma. Sr. D. Yiolante Atabalipa [...], continuaremos a chamara attenção e a animação de nossos leitores, e sobre tudo das mães de

³⁸ Nascido na cidade de Pouso Alegre, por autoras não citadas.

família para o instructivo e bem redigido semanário que se publica nesta cidade, no qual se encontra além de outras a importante vantagem de poder ser entregue pelas mães a suas filhas, de qualquer idade que sejam, pela moral que de sua leitura reçuma, no que emprega a digna redactora escrupulosa atenção relativamente ao perigo da leitura de certos artigos bellos, mas inconvenientes, que aliás imprudentemente costumão ser lidos por moças, só por partirem de moças, ou por falarem nellas. (SF, 1874, ed. 30, p. 2)

O jornal ganha proporções internacionais quando notifica uma nova permuta com um periódico espanhol chamado El Tele'grama, em que o redator coloca *O Sexo Feminino* como um dos melhores jornais do Brasil. Mais tarde, há o anuncio de que *O Sexo Feminino* chegou aos Estados Unidos, e tal noticia se dá pelo periódico *O Novo Mundo*, o qual o jornal recomenda às suas leitoras como um periódico que baseia suas narrativas em fatos históricos e não em invenções.

A edição 45 do periódico comemora o primeiro ano jornal, em que o mesmo “[...] perfaz um anno indicador do grito da independência da mulher” (SF, 1874, ed. 45, p. 1). Ressalta-se que o periódico teve grande alcance, sendo lido na “velha capital da Hespanha na Europa e na soberba Nova-York dos Estados-Unidos, o assombro da moderna civilização, e o modelo invejado do aperfeiçoamento de progresso moral, intellectual e material” (SF, 1874, ed. 45, p. 1). Também teve grande disseminação no Brasil; “Desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul é esta folha conhecida, e ainda agora choviam os pedidos de números editados e novas assignaturas” (SF, 1874, ed. 45, p. 1). Toda essa aclamação, feita pelo próprio periódico, indica-o como uma folha de renome, reconhecida em seu tempo histórico, não só em território brasileiro, mas estrangeiro também.

Até então presente na coluna de noticiário, no ano II (1875) do jornal, começa-se a publicar uma coluna específica sobre a recepção do jornal por outros periódicos, intitulada “Opinião da imprensa sobre essa folha”.

Na edição 11 (ano II), é publicada uma carta que as diretoras do Collegio de Nossa Senhora do Carmo, da cidade de Campos, enviaram ao redator do jornal Gazeta, pedindo para que esse publicasse uma carta de Francisca Senhorinha em seu jornal, a fim de auxiliar a propagar os ideais defendidos por ela em *O Sexo Feminino*. Transcrevesse-a aqui, na íntegra:

Sr. Redactor da Gazeta — Pedimos-lhe que nos obsequie publicando a carta com que a digna professora e illustrada redactora do Sexo Feminino teve a bondade de honrar-nos. Por sua leitura se conhece que esse importantissimo periódico tem por mira o commetimento mais útil, mais proveitoso e mais necessário ao Brazil, —o da emancipação da mulher, por meio da instrucção. « É por meio da mulher instruída e moralisada, quer mãe de familia, quer preceptora, que se deve preparar, educar e aperfeiçoar as jovens gerações para

habilita-las á cumprirem bem os seus deveres, seja qual for a posição social em que a Providencia apraza collocal-as. « Sendo, como é, a propaganda do Sexo Feminino tão civilizadora e christã ella deve achar apoio inteiro em quantos sentirem palpitar-lhes nos peitos um coração generoso e magnanimamente brasileiro. « E por isso, Sr. Redactor, nós appellamos para os seus sentimentos patrioticos e humanitários e rogamos-lhe que por sua folha faça os maiores esforços para que em Campos todos é com particularidade as professoras e as mães de famílias, se tornem incansáveis em angariar o maior numero possível de assignantes para o Sexo Feminino. « Com a publicação destas linhas, e sobre tudo com a, em seguida, da lisongeira carta com que a Exma. Sra. D. F. S. da Motta Diniz nos honrou muito obsequiará as directoras do Collegio N. S. do Carmo. (SF, 1875, ed. 11, p. 2)

Sendo a *Gazeta* um dos periódicos de maior circulação no Império, tal pedido seria uma tentativa de divulgar o trabalho de Francisca Diniz, tanto como jornalista, quanto como professora e diretora de escola. Não se sabe se a carta realmente chegou a ser publicada, mas só de perceber a ousadia dessas diretoras do Colégio N. S. do Carmo, indica o quão Francisca Diniz era apreciada e respeitada em seus escritos e ideias.

A edição 16 (ano II) publica uma visão distinta daquela mostrada pelo periódico até então: a falta de assinaturas. O artigo se inicia com a fala de que o jornal só está sendo publicado pela força de vontade da redatora, e apela para a falta de assinaturas: “[...] doe-nos o coração lutarmos a braços com tantos sacrifícios, sem que sejamos auxiliadas, nem ao menos com assignaturas, afim de sustentarmos a parte material da mesma folha” (SF, 1875, ed. 16, p. 1). Indigna-se das permutas que não dão certo, e de senhoras que devolvem o jornal sem nem o ter lido:

Debalde os collegas da imprensa hão aberto assignaturas, em vários logares; debalde a redactora ha mandado mesmo grátis o jornal ! Em fim, por felizes demos-nos quando não nos devolvem a folha, e até alguma fechada! E o que mais sentimos é ser esta aceito muitas vezes praticada por senhoras que passam por litteratas.... Si o próprio Sexo recusa o auxilio pecuniário do importe das assignaturas, o que poderá a redactora esperar do da intelligência! (SF, 1875, ed. 16, p. 1)

Critica o indiferentismo de mulheres que se dizem instruídas e reitera que está à disposição para receber artigos:

O que notamos não é ignorância das mesmas, para com os grandes commettimentos; ó apenas o indifferentismo com que olham para a causa que lhes diz respeito. Será que achem que não temos aptidão, nem um nome feito para tomarmos sobre nossos hombros o pesado encargo de pugnarmos pelos seus direitos? ou antes digamos: pelos nossos direitos? Cremos que nem isto podemos admittir, pois temos posto as paginas d'este nosso hebdomadário á disposição de quem quizer para a ellas enviarem artigos. (SF, 1875, ed. 16, p. 1)

Essas passagens denotam que em meio do segundo ano da folha, o jornal sofreu uma queda nas assinaturas e isso afetou a autoestima de Francisca Diniz. Não é possível saber com exatidão os motivos que levaram a essa falta, mas é possível especular: poderia ter sido o aumento nos preços de produção dos jornais a partir de um *boom* tecnológico do maquinário tipográfico, ou mesmo a falta de interesse das senhoras da Corte nas ideias transmitidas por Senhorinha Diniz em seu jornal.

Como já foi dito anteriormente, o segundo ano do jornal findou-se pela contração de febre amarela por Senhorinha e sua família, que fez com que ela se recolhesse do Rio de Janeiro para se tratar. O jornal volta em 1889, e seu terceiro ano indica ter sido mais promissor, principalmente depois da sua mudança de nome, como será analisado a seguir.

3.3 O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino conta com pouquíssimas edições disponibilizadas na Hemeroteca Digital, sendo a primeira a de número 12, publicada no dia 15 de dezembro de 1889. A diagramação do periódico agora conta com três colunas invés de duas, continua sendo composto por quatro páginas e conta com as seções de editoriais, casamentos, poesias, imprensa e anúncios. Segundo Duarte (2017, p. 336), o periódico alcançou a tiragem de 2.400 exemplares. A redação do jornal também muda, localizando-se agora na Rua do Senador Euzébio, n° 78. Seus preços se mantêm os mesmos desde seu segundo ano como *O Sexo Feminino*. Atenção especial deve-se receber o cabeçalho do jornal, que, a partir da edição 19, recebe a palavra “política”, como observa-se a seguir:

Figura 5



Fonte: Hemeroteca Digital Nacional Brasil.

A mudança de nome pelo periódico se justifica como uma maneira de exaltar o que a redatora considerou um período de libertação para o sexo feminino. Quando o sistema político brasileiro desenferrou com a proclamação da República, viu-se uma abertura para reivindicar os direitos das mulheres nesse novo regime. Da mesma forma que Francisca Diniz se utilizou do dia 7 de setembro para inaugurar seu periódico, ela também se apoderou da data de proclamação da República para denotar aquilo que ela queria transmitir com suas reivindicações: liberdade e direitos iguais para as mulheres, a serem conquistados por meio da educação.

Interessante ressaltar que, segundo estudo de José Murilo de Carvalho³⁹, a participação popular no episódio de proclamação da República é praticamente nula. Sendo assim, é quase certo de que as mulheres pouco ou nada tiveram de envolvimento nesse acontecimento histórico⁴⁰. E isso fica mais claro pela análise do jornal, pois o mesmo revela uma súbita e bruta transição de pensamento. Na última edição sob o título de *O Sexo Feminino*, nenhuma menção a um sistema republicano é relatada pelo jornal, muito pelo contrário, como já se discutiu anteriormente, as aspirações de Francisca Diniz eram voltadas ao sistema monarquista, com claras exaltações às figuras imperiais. Segundo Andrade (2006, p. 124-125), tal mudança

[...] pode ter sido influenciada pelo ambiente político de seu tempo, as agitações da década de 1880. A morte de seu marido pode ter posto fim a uma influência monarquista que ele certamente exercia sobre ela. Ou simplesmente,

³⁹ Citado em seu livro “A formação das almas: O imaginário da República no Brasil”.

⁴⁰ Segundo Constância Lima Duarte, em seu livro “Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX”, existiam jornais femininos republicanos (a título de exemplo, o jornal *República das Moças*, do ano de 1879), mas eles eram rapidamente silenciados.

teria Francisca Diniz mudado de opinião, e conseqüentemente, de posição frente ao regime político em razão de sua trajetória de vida na luta pelos direitos para as mulheres.

Logo, não é possível definir com clareza uma única causa de mudança tão brusca no pensamento de Francisca Diniz, mas é nítido que a nascente República foi interpretada por ela como um sinal de que as mulheres seriam logo libertadas de seu estado de submissão masculina, e por isso, ela se fez ouvir com mais força.

Essa nova era do jornal foi marcada por reivindicações mais incisivas. Pela primeira vez, o jornal defende o sufrágio feminino, por exemplo. Além disso, foi por meio dela que Francisca Diniz começou a arrecadar fundos para a Escola Doméstica, fundada por ela e as filhas para a educação de meninas desvalidas.

Em 15 de dezembro de 1889, é circulada a primeira folha com o título *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, que inicia o editorial com os dizeres: “Viva os Estados Unidos do Brasil! Viva a Republica Brasileira! Viva o Governo Provisorio!” (QNSF, 1889, ed. 12, p. 1). O editorial se desenvolve então, como saudação ao novo sistema político, que conta agora com o apoio do jornal. Cita-se os nomes dos organizadores da Revolução Republicana⁴¹ e transcreve-se o decreto assinado pelo Governo Provisório que instaurou a república (transcrição dos 11 artigos). Como o próprio jornal afirma:

Foi para este fim que com mais uma epigraphe encima esta nossa folha — O Quinze de Novembro. O titulo novamente dado ao periódico Sexo Feminino justifica mais claramente o programma nelle exhibido. Demonstraremos aos patriotas da nova éra de redempção que desejamos pol-os ao facto de nosso credo politico e ousamos, como já o dissemos, dar á nossa folha dous títulos enunciados nesta epigraphe — O Quinze de Novembro do Sexo Feminino. Além das secções noticiosas, de critica de annuncios, de litteratura, medicina do- mestiça e de outros assumptos que possam interessar aos nossos leitores e leitoras, trataremos um pouco de política, assumpto este alheio ao nosso sexo, porém bem necessario para o fim que desejamos attingir. (QNSF, 1889, ed. 12, p. 3)

Assim, o intento da mudança de nome era reiterar os ideais da república nascente como os da luta emancipatória feminina, a fim de conquistar a liberdade e igualdade de sexo, além de educação para todas. O excerto deixa claro que, nessa nova era, o jornal trará assuntos políticos, entre eles, a questão do sufrágio feminino. Na mesma edição, na coluna “A racional emancipação da mulher”, isso fica mais claro:

⁴¹ Extraído de: “[...] não podem os homens da Revolução de Quinze de Novembro, impetuosamente irem contra a emancipação da mulher” (QNSF, 1890, ed. 18, p. 1)

Teremos nosso 15 de novembro de 1889? Talvez! [...] O juramento prestado pelo governo provisório na câmara municipal, despido da fôrma religiosa e affirmado sob palavra assentou que o primeiro governo republicano, aquelle que symbolisa a aspiração democrática nesta venturosa nação, aceita o principio fecundo da liberdade e da igualdade. O verdadeiro ideal do nosso seculo presente é a democracia, a santa igualdade. (QNSF, 1889, ed. 12, p. 2)

Logo, o artigo expressa a esperança que a República trouxe a essas mulheres de que sua emancipação se daria ao menor tardar. A seguir analisará algumas pautas discutidas pelo “novo” jornal, iniciando com as reivindicações mais explícitas, seguido pela explanação de como o jornal entrou em ação para concretizar as mudanças que havia pretendido, e por fim, discute-se as demandas em relação ao sufrágio feminino.

3.3.1 *A luta continua*

Prosseguindo com seu intento de garantir emancipação para as mulheres por meio da educação, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* ressaltava pontos já discutidos nos anos anteriores ao jornal, junto de outras reivindicações que aparecem agora de maneira mais incisiva. Como já foi discutido, o advento da República foi considerado um prelúdio a essas mulheres de que sua luta chegaria ao fim e de que seus ideais seriam finalmente conquistados. Para este fim, elas se fizeram ouvir com mais força.

A edição 18 inicia-se com a afirmação de que os homens da Revolução de Quinze de Novembro não podem ser contrários a emancipação das mulheres, pois eles defendem os ideais do progresso: “Hoje, dizemos, a mulher quer ver o Estado distribuir Igualdade em suas leis, de accordo com essa grande lei natural, que não fez celebração de sexo para distribuição de seus benefícios. [...] A mulher faz parte do povo e por isso devem os seus interesses entrar em discussão no parlamento” (QNSF, 1890, ed. 18, p. 1).

O editorial da edição 20 enceta com ideais iluministas: “Trabalharemos sem descanso, lutaremos até o ultimatum desejado – LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE” (QNSF, 1890, ed. 20, p. 1). A citação do lema da Revolução Francesa indica uma influência iluminista por parte da redatora, pensamento este, encontrado em várias outras passagens ao longo do jornal – desde seu primórdio. Outro quesito já discutido, é o fato de a redatora do jornal ser uma mulher letrada e estudada, que vem a citar, muitas vezes, fragmentos que aludem aos ideais das luzes.

Na edição 23, último número disponível na Hemeroteca Digital, a redatora defende os princípios de igualdade:

Para diffundir com suas virtudes a paz, o bem estar em deredor dos entes que lhe são charos, só tem precisão de dois motores: a instrucção e autoridade. [...] para que a mulher seja a rainha na familia é necessário que ella tenha o goso de iguaes direitos, que vos são facultados; n'este alvo tocará o completo triumpho da igualdade por vós propagada nas idéas da actualidade. (QNSF, 1890, ed. 23, p. 2)

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino inaugurou um novo título no editorial: “Igualdade de direitos”. Ali, a redatora discutia a significância que a educação tinha em favorecer a emancipação feminina, a fim de que essa se encontrasse em pé de igualdade do sexo masculino. Esses ideais são considerados por algumas autoras como um indício de um feminismo nascente, como já foi discutido anteriormente. Tratar-se-á melhor essa questão na seção seguinte.

3.3.2 *Em defesa do sufrágio feminino*

A questão do sufrágio foi desenvolvida aos poucos ao longo do jornal, desde seus primeiros números como *O Sexo Feminino*. Citado aqui e ali, Francisca Diniz fez entender que ela já tinha reconhecimento do voto como um direito feminino. Pensara ela, que o advento da República a colocaria mais próxima da conquista de seus reivindicados direitos, e, portanto, ela se fez ouvir com mais força. Infelizmente, como afirma Barman (2005, p. 256):

Os republicanos franceses davam pouca ou nenhuma importância aos direitos das mulheres [...] “Se amanhã se der o sufrágio às mulheres”, escreveu um político de destaque, “a França retrocederá subitamente à Idade Média”. Os republicanos brasileiros participavam dessa visão dos direitos da mulher.

Se Francisca Diniz tinha conhecimento de que os republicanos tinham a mesma cabeça daqueles acusados por ela de retrógrados anos antes, ela não se deixou abalar, pois suas reivindicações se tornaram cada vez mais mordazes. Apontam-se algumas a seguir.

A partir da edição 13, de 15 de março de 1890, o editorial se abre com o título: “Emancipação”, seguido do subtítulo “Igualdade de direitos”. É ali que se iniciam as reivindicações pelo sufrágio feminino. A primeira menção da redatora é o fato de essa questão já estar em pauta no Brasil, e cita uma votação em favor dos direitos das mulheres ao voto, em que, dos 186 mil votos recolhidos, 40 mil foram a favor. A redatora vê a derrota como um sinal

de progresso, e afirma: “A civilização traz como consequencia a liberdade, a igualdade de direitos concedidos á mulher tanto como ao homem” (QNSF, 1890, ed. 13, p. 2).

Vê-se uma defesa incisiva pela primeira vez na edição 14, em que o editorial afirma:

Desejamos que os Senhores do sexo forte saibam que só nos podem mandar, em suas leis, subir ao Cadafalso, mesmo pelas idéas políticas que tivermos [...] também nos devem a justiça de igualdade de direitos, **tocante ao direito de votar e o de sermos votadas**. [...] —Brasileiras, Portuguezas, Francezas, Inglezas, Italianas, Allemãs, etc. pedindo o que nos devido, e por direito natural não nos póde ser recusado. Não temos idéas utopistas, e sim idéas grandiosas: a de fazer caminhar a humanidade na sonda do dever e da justiça. E’ pois este o nosso programma político. (QNSF, 1890 ed. 14, p. 2)

Com essa fala, Francisca Diniz estabelece a temática das reivindicações do jornal: o voto feminino. Defende que, na República, a mulher é igual em direitos com os homens e, portanto, suas protestações devem ser atendidas. No editorial da edição 21, a redatora questiona o veto ao sufrágio feminino: “Sabemos que o direito de voto dado ao homem é fundado somente 1º sobre a maioria, 2º a personalidade, 3º sobre a fortuna, isto é, este em alguns logares. Ora, si a mulher possui ou pôde possuir todos estes predicados, com que fundamento poderão excluir do direito de votar e de ser votada a mulher ?” (QNSF, 1890, ed. 21, p. 1). Logo, Francisca Diniz apelava para que a mulher exercesse o direito de voto quando atingisse os requisitos necessários para isso. E continua seu protesto:

Ora, em ambos os casos o melhoramento social é sempre a elevação da mulher pelo sentimento mais claro da sua dignidade, e pela sciencia engrandecida da sua responsabilidade moral e social, logo, a igualdade de direitos, quanto a sua essência equiparada a do homem, e a sua menoridade perpetua é um prejuízo, de que graças aos progressos da civilização se vão já expurgando os modernos códigos das nações cultas. A lei, que estatue a incapacidade da mulher, em relação ao suffragio é condemnada pela mais incontestável asserção da intelligencia humana e pelos resultados seguros das sciencias sociaes. (QNSF, 1890, ed. 21, p. 2)

Esse excerto volta em alguns ideais defendidos pelo jornal em anos anteriores, de que a emancipação da mulher será benéfica não somente a ela, mas à sociedade como um todo. E que, mesmo que os retrógrados tentem deslegitimar as falas femininas, seu direito lhe é devido, principalmente porque ela (a mulher branca abastada) dispõe dos mesmos requisitos que os homens para sua elegibilidade.

As reivindicações, apesar de incisivas, ainda tem no cerne uma realidade diferente daquela que nos utilizamos hoje. Como afirma o editorial da edição 23:

Deixando de parte as xagerações dos que querem converter em homens as mulheres, como pensam muitos utopistas, nós, as mulheres, não queremos ser Presidentes de Republica, Coronéis de Regimento, etc, etc.. Mas, que a mulher, como ser inteligente, é capaz de fazer tudo o que faz o homem, tendo ainda segura e ampla esphera de acção no mundo moral e sensível, é facto demonstrado. (QNSF, 1890, ed. 23, p. 1)

Aqui, é possível ver que a redatora se rebaixa e se reergue diante da submissão masculina. Primeiro, ela afirma que não tem pretensão de tornar a mulher elegível, mas apta a votar. Depois, ela reivindica esse direito por ser plenamente capaz de fazer tudo o que é incutido ao homem, em igualdade.

Souto (2013, p. 54) afirma que o carácter progressivo das reivindicações pelo sufrágio feminino no jornal demonstra que Francisca Diniz construiu seus argumentos de defesa dentro da própria imprensa. A partir dos artigos transcritos ao longo do jornal, é possível inferir a carga literária jornalística dela, ampliada sem restrições de sexo, idade ou renda. Em geral, as reivindicações pelo sufrágio possuem a mesma essência e giram em torno da mesma tônica: igualdade de direitos pela nascente República Democrática.

3.3.3 *De que maneira faziam acontecer suas lutas?*

Já é sabido que Francisca Diniz é professora, que ela dava aula na Escola Normal da Cidade de Campanha, sendo posteriormente transferida para o Rio de Janeiro a fim de lecionar no Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, e posteriormente, o Colégio Santa Isabel, discutidos anteriormente. Agora, enquanto publica *O Quinze de Novembro*, ela se vincula a uma nova empreitada em favor da educação: a Escola Doméstica:

Fundada pela redactora d'O Sexo Feminino e suas filhas, annexa ao estabelecimento que dirigem «Collegio Santa Isabel» — abrir-se-ha em Janeiro próximo futuro. A Escola Domestica, como bem diz seu titulo, tem por fim dar ás crianças a instrucção primaria e ensinar-lhes todos os trabalhos domésticos. Nella serão recebidas meninas menores, pobres e desamparadas, **sem distincção de côr**, nem condição, quer nos venham dos pais, tutores ou protectores, quer por ordem dos juizes de órfãos. Estas meninas quando entregues ao estabelecimento por seus pais, tutores ou protectores, pagarão a pensão que esses poderem fazer. Aquellas, porém, completamente desamparadas de meios, não deixaria deter recebidas, porquanto as fundadoras da Escola estão angariando donativos que lhe garantam abrigo, conforto e pão. (QNSF, 1889, ed. 12, p. 3)

A Escola Doméstica trata-se, então, de uma co-fundação do Colégio Santa Izabel, sendo este para meninas com condições financeiras de pagar o programa, e aquela voltada totalmente para a educação de meninas pobres. Reitera-se aqui, o fato de que a Escola Doméstica aceitava meninas sem distinção de cor, fato que reitera o apoio de Francisca Diniz pelo abolicionismo. Para tanto, Senhorinha pede intervenção de suas assinantes com doações para manter a escola:

As Exmas. e caridosas senhoras que nos quizerem auxiliar em beneficio de tantas innocentes meninas lançadas á miséria, e que por nós soccorridas nos bemdirão um dia, poderão fazel-o, já assignando o jornal O Sexo Feminino, cuja terça parte de rendimento lhes é destinado, já angariando entre suas amigas donativos quaesquer ; que estes sejam: roupas, viveres, calçado, remédios, livros, etc, já aceitando os cartoes que para este fim preparamos. (QNSF, 1889, ed. 12, p. 3)

Na edição 23 é publicado um retrato das despesas anuais da Escola Doméstica, a fim de prestar esclarecimentos para com as assinantes do jornal de que Senhorinha precisa de investimentos para manter a escola, segue em anexo:

Figura 6

A DESPESA ANNUAL ESTÁ CALCULADA		
EM 40.000\$000		
EXPOSIÇÃO		
Aluguel de um predio	4.000\$000	
Sustento a 90 alumnas	16.200\$000	— 180\$000 cada alumna
Vistuario » » »	5.400\$000	— 60\$000 » »
Camas » » »	1.000\$000	— 11\$111 » »
Médico » » »	1.000\$000	— 11\$111 » »
Ph. m. » » »	600\$000	— 6\$444 » »
10 Prof. » » »	10.800\$000	— 120\$000 » »
Gas e diversos serviços	1.000\$000	— 11\$111 » »
Total	40.000\$000	
Como se vê, 40 contos divididos por 90 alumnas, custa 444\$444, annuas a despesa de cada uma alumna pensionista.		
MEIO DE OBTER ESTA QUANTIA (ANUNTA)		
120 Cartões de 200\$000		24.000\$000
120 » » 80\$000		9.600\$000
120 » » 40\$000		4.800\$000
360	— Somma	38.400\$000
Terça parte das assignaturas do « Quinze de Novembro »		1.600\$000
Total		40.000\$000

QNSF, 1890, ed. 23, p. 3. Fonte: Hemeroteca Digital Nacional Brasil.

É por meio desses pedidos deixados em toda edição da folha que a redatora pretende arcar com os custos de instruir as meninas desvalidas da corte. Além de redirecionar uma parte dos lucros do jornal para a instituição, Senhorinha pede auxílio de tudo o mais que suas assinantes puderem contribuir.

Ainda no mesmo artigo, a redatora esclarece a diferença de formação do Colégio Santa Isabel e da Escola Doméstica:

Aquelle é um estabelecimento de instrução com estatutos rigorosamente observados, etc, etc, donde uma menina poderá sahir uma litterata, mãe de familia ou preceptora. Esta é propriamente casa de educação domestica, onde as meninas são consideradas aprendizes, as quaes suas directoras se propõem fazer esposas, mais e cidadãs dignas e moralizadas na classe operaria. Para cada estabelecimento ha um regimento. (QNSF, 1889, ed. 12, p. 3)

Logo, o Colégio Santa Isabel é uma instituição de ensino privada voltada para a educação de futuras senhoras literatas e mães de família, enquanto a Escola Doméstica busca oferecer educação básica para as meninas desafortunadas terem a oportunidade de atingir um emprego e um bom casamento. Fica perceptível aqui, que mesmo o intento do jornal seja reivindicar educação para todas, o dinheiro ainda terá um peso primordial na formação delas. Todavia, é de salutar relevância o fato de Francisca Diniz se importar em oferecer qualquer tipo de instrução a meninas pobres, uma vez que nem o governo havia pensado nisso ainda.

No último número de análise da folha, a escola doméstica ganha um nome: Escola Doméstica D. Marianna da Fonseca, pois a mesma é atribuída à titular, esposa do Marechal Deodoro da Fonseca. Segue a transcrição na íntegra do programa:

A Escola Domestica, fundada pela ex-professora publica, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, redactorab da Revista "O Quinze de Novembro do Sexo Feminino" Directora do Collegio Santa Izabel, e suas filhas— Amélia e Eulalia Diniz,— acha-se collocada sob a égide protectora da sympathica e caritativa Exma. Snra. D. Marianna Cecília Meirelles da Fonseca. As meninas orphans, pobres, menores, desde a idade de 4 á 15 annos, são ali recebidas como pensionistas ou meio pensionistas, á escolha de seus pães ou tutores. As inteiramente desprotegidas da fortuna, são educadas e instruídas cm trabalhos profissionaes, e receberão também a instrução primaria elementar e complementar, de acordo com as disciplinas constantes do programma do Collegio Santa Izabel, ao qualacha-se annexa a dita Escola. As Exmas. Senhoras que se dignarem aceitar assignaturas d' "O Quinze de Novembro," e bem assim aquellas que aceitarem os cartões destinados a obtenção dos donativos, terão direito aos lugares para suas protegidas na " Escola Domestica." Todas as meninas são ali consideradas como alumnas collegiaes, e não asyladas. Para commemorar o dia de hoje, 15 de Novembro, 1º anniversario. da venturosa Republica Brasileira, as fundadoras da—Escola Domestica D. Mariana Cecília Meirelles da Fonseca—appellão para a generosidade e patriotismo de seus concidadãos e concidadans que quizerem asroriar-se a este santo apostolado; Seus nomes serão tomados com indicação dos donativos com que lhes approuver concorrer para a criação de lugares para as educandas da "Escola Domestica." Todo e qualquer auxilio recebido será em beneficio das meninas pobres e desde já agradecido pelas fundadoras. As pessoas que desejarem mais esclarecimentos neste sentido podem dirigir-se ás redacções d'O Quinze de Novembro, d'O Pais, Gazeta de Noticias e Cidade do Rio. (QNSF, 1890, ed. 23, p. 3)

Denota-se aqui dois fatos de importância extrema: o primeiro, o fato de Senhorinha Diniz convidar a primeira-dama da prematura República para assumir o encargo da escola; e a divulgação da mesma nos jornais mais importantes do país até então. Os anúncios da escola doméstica são publicados nos jornais País, Cidade do Rio, Gazeta de Notícias e Jornal do Commercio.

A edição 23 finda a última presente para análise disponível na Hemeroteca Digital, portanto, não se sabem os rumos que o Colégio Santa Isabel e a Escola Doméstica tomaram, mas espera-se que, mesmo não noticiado, Francisca Diniz tenha conseguido atingir seu objetivo de educar as mulheres e tenha formado muitas em suas instituições de ensino.

4. RESULTADOS

É possível concluir essa análise assegurando que Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi uma mulher extraordinária em seus escritos. Seu legado de emancipação e defesa dos direitos femininos está marcada na história. Seus jornais (os dois analisados aqui) abrem espaço para muitas questões, sendo possível inferir que houve muito material a ser estudado, tendo, infelizmente, de ser recortado para fins desta pesquisa. Preferiu-se focar apenas nas reivindicações por educação e pautas políticas trazidas pelo jornal, mas é importante ressaltar que Senhorinha deu muito mais a explorar em termos de pesquisa histórica.

A educação feminina oitocentista era seletiva, sendo somente as mulheres abastadas portadoras do privilégio de se alfabetizar. Como discutido anteriormente, as taxas de analfabetismo no país em idos de 1870 eram altíssimas. Se poucas pessoas eram alfabetizadas, poucas dentre poucas eram mulheres. Assim, Francisca Diniz marca a história ao se fazer ouvir por meio da imprensa – junto de outras mulheres que também traziam sua palavra impressa à tona. No que concerne às demandas educacionais, Senhorinha não apenas trouxe em seu jornal as problemáticas: a falta de acesso, a culpa dos governantes, as tentativas de silenciamento, a discriminação e o preconceito; mas também era veículo prático de suas reivindicações, tendo publicado exercícios e artigos instrutivos em seu jornal, e posteriormente, aberto escolas de ensino feminino, particulares e públicas. A questão da Escola Doméstica é digna de nota, pois foi uma fundação ousada, uma vez que nem o decadente Império nem a nascente República haviam proposto um ensino gratuito até então, muito menos para mulheres.

É possível inferir que o jornal, além de reivindicar uma educação feminina – tanto primária quanto no magistério – também se constituiu em veículo de instrução e divulgação de escolas fundadas pela própria redatora. Seu público, as mulheres brancas e abastadas, eram intermediárias dos processos de emancipação feminina defendidos pelo jornal, que embora assumam uma conotação diferente da utilizada nos dias de hoje, ainda consistia em “quebrar os grilhões” sociais impostos às mulheres oitocentistas.

As reivindicações de Francisca Diniz foram firmes, e suas publicações marcaram sua vida, sendo esta perpassada por três jornais e um livro, sem contar suas colaborações com outros periódicos. É possível inferir, então, que Francisca Diniz ajudou a consolidar uma nascente imprensa feminina, que se fazia ouvir num meio dominado pelos homens.

O jornal, embora tenha negado, não conseguiu se desprender de seus propósitos políticos. De início mascarados, logo vieram à tona em reivindicações cada vez mais incisivas em favor dos direitos das mulheres, em especial, ao do voto. Outro ponto importante foi o processo de mudança de título do periódico e suas motivações. É possível concluir que Francisca Diniz era crente de que o prenúncio da República serviria de estopim para a emancipação feminina, e, portanto, ela abandona seus ideais monarquistas e exultantes das figuras imperiais para engrandecer os “heróis republicanos” e se fazer ouvir com maior fervor.

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino foi resultado de uma confluência entre as ideias emancipatórias da redatora e o contexto histórico e social em que ela viveu. Pode-se dizer que o advento da República tirou Francisca Diniz de uma estaticidade, uma vez que, com o novo regime, ela viu as portas abrirem para a emancipação feminina. E uma vez que era tudo permitido, ela decidiu não mais poupar sua pena e ousar ainda mais. O resultado foi um jornal tão relevante em conteúdo que, mais de 100 anos mais tarde, serve como fonte para se resgatar um passado histórico até então obscurecido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se o papel fundamental da imprensa no processo de emancipação feminina, principalmente no que concerne às reivindicações por educação. O jornal se fez de veículo para que Francisca Diniz e suas colaboradoras ousassem ao reivindicar não só uma educação para mulheres, mas por mulheres. Elas viam a mulher como uma educadora nata, dotada de um instinto maternal que a consagrava no papel de professora. Mas, para que ela chegasse a exercer o magistério, ela deveria ser educada tão bem quanto os homens, estes, considerados inaptos para este exercício. Francisca Diniz se mostrou uma mulher instruída e politizada, tendo ressaltado as mulheres na história, defendido as capacidades mentais femininas em plena ascensão de teorias higienistas, e dando o exemplo de emancipação, ora como boa esposa, ora como mulher independente, professora e jornalista⁴². A educação da mulher, era, então, necessária para libertá-la das amarras sociais de seu sexo e conseqüentemente reivindicar seus direitos nesta sociedade. Educada, ela poderia exercer uma profissão, e assim, conquistar sua emancipação. Emancipação esta, que se dirigia também à mulher casada, que uma vez “desperta de seu estado de indiferentismo”, não se deixaria ser inferiorizada. O jornal não se absteve de seu propósito político, tendo não só reivindicado espaço para a educação das mulheres, mas intervindo diretamente, como se observa na criação de três escolas dirigidas por Francisca Diniz, uma delas sendo pública. No fim de sua última publicação, chegou mesmo a defender o sufrágio feminino, pauta sensível na imprensa, ainda mais quando escrita por uma mulher.

Importante ainda ressaltar que este estudo permitiu uma visão – ainda que sucinta – da perspectiva feminina sobre o 15 de novembro de 1889. Pode-se inferir, pelos escritos de Senhorinha, que ela julgou o novo regime político brasileiro como o início de uma era de emancipação para o sexo feminino, fato que, infelizmente, não veio a se concretizar. Mas seu grito de esperança ficou marcado na história pelos escritos em seu jornal.

Na avaliação do projeto da presente pesquisa, um dos avaliadores anônimos escreveu que “o projeto pulsa a vontade de escrever uma história das mulheres”. Essa frase ficou marcada e norteou essa pesquisa. Para além de desenvolver um trabalho de Iniciação Científica, esta

⁴² Destacando-se os períodos de sua vida em que foi casada e viúva.

pesquisa buscou contribuir com a história das mulheres no Brasil. Os escritos analisados aqui são de fundamental importância para se compreender uma pequena parte de um pensamento feminino da sociedade oitocentista brasileira. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, segundo outros estudos, foi uma figura historicamente plural: ao mesmo tempo que lutou pela emancipação das mulheres e veiculou não apenas um, mas três periódicos na imprensa – mantendo-os sozinha – também foi professora, diretora e fundadora de colégios particulares para mulheres, e até arrisca-se dizer, fundou a primeira escola pública para mulheres no Brasil. Ela se fez ouvir em um mundo majoritariamente masculino, e insistiu em pautas que só viriam a ser concretizadas muito depois de sua morte. Senhorinha deixou seus escritos como prova de sua colaboração para o mundo que vivemos hoje, e (se me permite) fiquei muito feliz de contribuir para colocá-la no registro histórico.

Falando agora como historiadora, minha formação escolar compreendeu superficialmente as mulheres dentro da história. Na escola víamos, no máximo, a menção da assinatura da Princesa Isabel na Lei Áurea. Essas lacunas vieram a ser preenchidas somente na graduação, e encontrei nessa linha de pesquisa não só uma representatividade, mas um sinal de que, na pesquisa histórica, eu poderia contribuir desenvolvendo algo que amo. E a oportunidade de submeter este trabalho é extremamente gratificante. Foram muitas leituras, muitas análises, muitas discussões, (muitas sessões de terapia também). E espero que, com este estudo, eu tenha escrito ao menos um singelo capítulo da história das mulheres.

FONTES

HEMEROTECA DIGITAL. **O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher**. Números 1-45; 1-22; 1-10, 1873-1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em 29 de ago. de 2021.

HEMEROTECA DIGITAL. **O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: periódico quinzenal, literário, recreativo, noticioso e político**. Números 12-23, 1889-1890. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/quinze-de-novembro/228559>. Acesso em 29 de ago. de 2021.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do corpo discente do PPF-História da UFRGS**, nº 8, v. 3, janeiro-junho 2011.

ALMEIDA, Jane Soares. Professas virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da República brasileira (séculos XIX/XX). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p.143-156, jun. 2011.

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. **Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873/1890)**. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 146 páginas, 2006.

ALVES, Maria Angélica. **A educação feminina no Brasil do entre séculos (XIX e XX): imagens da mulher intelectual**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ASSIS, Francisco. MELO, José Marques. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC, São Paulo, v.39, n.1, p. 39-56, jan./abr. 2016.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

BRASIL, Eric. NASCIMENTO, Leonardo. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, nº 69, p.196-219, Janeiro-Abril 2020.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000100261. Acesso em: 31 mar. 2020.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. 2º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

DOTTA, Alexandre Godoy; TOMAZONI, Larissa Ribeiro. A condição da mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina. **Educere: XII Congresso Nacional de Educação**, UniBrasil/PUCPR, 2015.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: século XIX**. 1º ed Belo Horizonte (MG): Editora Autentica, 2017.

FEITOSA, L. C. Masculino e Feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero. In: CANDIDO, Maria Regina [org.] **Mulheres na Antiguidade: Novas Perspectivas e Abordagens**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; Gráfica e Editora-DG Ltda, 2012.

FERREIRA, L. M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. **Revista de História e Estudos Culturais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, mai./ago. 2010.

GUSMÃO, Emery Marques. Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.25, n.50, p. 269-289, julho-dezembro de 2012.

HAHNER, June E. **A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX**. Niterói, v.10, n.2, p. 313-332, 2010.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Junho de 2015.

LEIBÃO, M. D. C. História e imprensa em diferentes tempos e a importante contribuição teórica de Antonio Gramsci. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 314-328, 2017.

LIMA, S. L. L. Imprensa Feminina, Revista Feminina: A Imprensa Feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, Volume, n. 35, p. 221-240, dez./2007.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, v. 7, nº 1, p. 3-7, 2015.

LOBATO, Mayara Luma Maia. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, Ouro Preto (MG), mai/jun. 2013.

LOJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3): 823-841, setembro-dezembro/2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16º ed. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. *et al* (Orgs.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 111 a 121.

MARTINS, Ana Luiza. **Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras**. História, São Paulo, n. 22, p. 59-79, 2003.

MARTINS, Ana Luiza (org.). LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. Editora Contexto, 2º ed., 2012.

MATOS, M. I. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, A. *et al* (Orgs.) **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 277-289.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 29 mar. 2020.

NASCIMENTO, Cecília Vieira. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)**. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 106 páginas, 2004.

NASCIMENTO, Cecília. OLIVEIRA, Bernardo. *O Sexo Feminino* em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, (29), julho-dezembro de 2007, p. 429-457.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 69-77, maio/ago. 2008.

PERIOTTO, Marcília Rosa. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 53, p. 41-55, out. 2013.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 10ª ed., 2018.

ROSA, Gerlice Teixeira. **Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em *O Sexo Feminino***. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 138 páginas, 2011.

SCOTT, Joan. “**Gender: A Useful Category of Historical Analysis**”. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, autorizada por Joan Scott. São Paulo, 2013.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “**Senhoras de seu destino**”: **Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)**. Dissertação de mestrado, USP. São Paulo, 197 páginas, 2013.

SOUZA, C. R. D. S. R. D. Periódicos Feministas do Século XIX: Um Chamado à Resistência Feminina. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012.pdf
Acesso em 14 mar. 2020.

YOUTUBE. **Os jornais como fontes de pesquisa histórica**. TV UFS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i-X0cvfpvuE>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.